

**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**

**AUTOR: MARCELO GARGAGLIONE LOPES**

**FINITUDE, ARTE E EDUCAÇÃO**

**Rio de Janeiro  
2017**

**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO-  
ISERJ CURSO SUPERIOR: GRADUAÇÃO - Licenciatura em Pedagogia  
COORDENAÇÃO DE PESQUISA E EXTENSÃO**

**AUTOR: MARCELO GARGAGLIONE LOPES**

**FINITUDE, ARTE E EDUCAÇÃO**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Pedagogia do Instituto Superior de  
Educação do Rio de Janeiro, como requisito parcial  
à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.  
Orientador: Prof Dr Marcelo Lion Villela Souto**

**Rio de Janeiro  
2017**

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO-  
ISERJ CURSO SUPERIOR: GRADUAÇÃO - Licenciatura em Pedagogia  
COORDENAÇÃO DE PESQUISA E EXTENSÃO

**Ficha Catalográfica**

Gargaglione Lopes, Marcelo.  
Finitude, Arte e Educação /Marcelo Lopes. – Rio de Janeiro, 2017.  
69 f.: il., 30 cm.  
Orientador: Marcelo Lion Villela Souto  
Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia –  
Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro,  
Rio de Janeiro.  
Bibliografia: f. 67-69

**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO-  
ISERJ CURSO SUPERIOR: GRADUAÇÃO - Licenciatura em Pedagogia  
COORDENAÇÃO DE PESQUISA E EXTENSÃO**

**AUTOR: MARCELO GARGAGLIONE LOPES**

**FINITUDE, ARTE E EDUCAÇÃO**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Pedagogia do Instituto Superior de  
Educação do Rio de Janeiro, como requisito parcial  
à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.  
Orientador: Prof Dr Marcelo Lion Villela Souto**

**Data de aprovação: 08 de agosto de 2017**

**Banca Examinadora:**

---

**Prof Dr Marcelo Lion Villela Souto (orientador)  
Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ)**

---

**Profª Mscª Angela Vieira de Alcântara  
Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ)**

---

**Prof Dr Márcio Sales da Silva  
Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ)**

*“Devemos nos despedir da vida como  
Ulisses de Nausícaa – bendizendo mais que  
amando.”*

*(Friedrich Nietzsche)*

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO-  
ISERJ CURSO SUPERIOR: GRADUAÇÃO - Licenciatura em Pedagogia  
COORDENAÇÃO DE PESQUISA E EXTENSÃO

**RESUMO**

Gargaglione Lopes, Marcelo. **Finitude, Arte e Educação**. 2017. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pedagogia) – Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Orientador: Professor Doutor Marcelo Lion Villela Souto

O presente trabalho busca estabelecer algumas reflexões e pesquisas históricas sobre as práticas educacionais que o homem criou para perpetuar a sua espécie, preservando e transmitindo os seus pequenos conhecimentos, mas ao mesmo tempo a inutilidade delas, quando incapazes de evitar os absurdos e as contradições humanas, o desenvolvimento de guerras e conflitos em nome de conquistas, de avanços tecnológicos, e, conseqüentemente, do processo evolutivo. Um homem ao mesmo tempo misericordioso e violento. Um homem injusto, quando insensível às misérias de todos os tipos, e limitado na sua falta de uma compreensão mais complexa acerca da decrepitude e da morte. No direcionamento desse trabalho desejamos problematizar a saga humana em busca da audaciosa produção e transmissão dos seus conhecimentos, em contraponto a sua tênue existência, e sua incapacidade de estabelecer uma leitura aprofundada a respeito das ações que poderiam ser cumpridas num espaço de tempo que afinal é tão insignificante, com base numa noção mais precisa de que diante da finitude os rumos da humanidade poderiam ser outros. Mas também encontraremos na arte, quando não vilipendiada, a mais bela das utopias no aspecto de transcender a morte e de ser uma das principais concepções humanas na busca por respostas para as angústias da existência. A arte, que proporciona respostas para os grandes dilemas do homem, fonte inesgotável de educação e cultura, capaz de eclipsar os seus instintos destrutivos.

**Palavras-chave:** Educação, Finitude, Morte, Arte

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO-  
ISERJ CURSO SUPERIOR: GRADUAÇÃO - Licenciatura em Pedagogia  
COORDENAÇÃO DE PESQUISA E EXTENSÃO

**ABSTRACT**

This paper aims at establishing some reflections and historical research on the educational practices humans created to perpetuate their species, preserving and transmitting knowledge as well as the worthlessness of these practices which are not able to avoid absurds and human contradictions, human capacity to encourage wars and conflicts in the name of their achievement, of their technologies and, consequently, of their evolutionary process. These practices show how merciful and violent humans are. Humans are unjust when they are hardened against all sorts of desolations and limited in their lack of a more complex understanding of decay and death. Throughout this work, the human saga concerning the production and transference of knowledge is questioned when compared to their tenuous existence and their incapacity of establishing a deep understanding of the actions that could be taken in an insignificant period of time and which are based on a more precise notion that faced with the sense of finitude, human destiny could be different. If not treated in disdain, the artistic expressions, responsible for providing answers for human problems and for providing sources for education and culture, express the most beautiful utopias which deal with how to transcend death and which represent the main human concept in the search of answers for diminish the human anguish.

**Keywords:** Educational, Finitude, Death, Art

## **SUMÁRIO:**

	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>09</b>
<b>1</b>	<b>O ATO DE EDUCAR: UMA SAGA (REPLETA DE ARTE) E A MORTE QUE A PERMEIA</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>O CAVALEIRO MEDIEVAL E O JOGO DE XADREZ</b>	<b>29</b>
<b>3</b>	<b>DO BRASIL COLONIAL AO FLAGELO NEOLIBERAL</b>	<b>39</b>
<b>3.1</b>	<b>COLÔNIA</b>	<b>40</b>
<b>3.2</b>	<b>IMPÉRIO</b>	<b>43</b>
<b>3.3</b>	<b>REPÚBLICA</b>	<b>47</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>66</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>67</b>



## INTRODUÇÃO

O objetivo central deste estudo é, através da apresentação de uma retrospectiva de aspectos históricos relacionados à educação, à arte e às concepções existentes em diversas civilizações sobre a morte, proporcionar ao homem do tempo presente, repleto de contradições e ao mesmo tempo violento e pacificador, a possibilidade de estabelecer reflexões a respeito de sua finitude e de suas limitações, para que possa utilizar os conhecimentos que acumulou ao longo de sua trajetória na Terra, em prol da felicidade plena e duradoura no campo pessoal e da perspectiva utópica de sociedades justas e igualitárias.

E a arte, sendo provavelmente a expressão humana mais sublime, obviamente, relacionada aos saberes acumulados, surge como o principal e transcendente elemento de libertação do homem, capaz de proporcionar sentido a uma existência que é frágil e finita.

A proposta de utilizar, ao longo de todo este estudo, um retrospecto da história da educação, da arte e, também, das inúmeras interpretações que o homem teve, ao longo dos tempos, acerca de sua finitude, não tem o objetivo de proporcionar ao leitor informações enciclopédicas, mas de incentivá-lo a pensar sobre os temas abordados.

Verificamos, nos dias de hoje, o colapso dos sistemas educacionais em diversas partes do planeta, em função de questões como concepções ideológicas excludentes e políticas públicas equivocadas. A partir da observação dos fatos históricos que envolveram as práticas educacionais estabelecidas pelo homem, poderíamos encontrar soluções para os grandes dilemas atuais?

A morte é banalizada e estigmatizada no tempo presente. Estabelecemos outras indagações: as concepções que o homem teve ao longo da história, acerca de sua finitude, foram mais profundas e significantes em relação ao que presenciamos nos dias de hoje? O homem do passado soube dimensionar com mais sensibilidade, a efemeridade de sua vida, aproveitando melhor esse tempo curto de sua existência para desenvolver os seus saberes e os repassá-los com maior abrangência?

Observaremos, portanto, através do retrospecto histórico, base deste estudo, também, a relação do homem com a sua finitude e a necessidade de perpetuar os seus conhecimentos, oferecendo ao leitor mais do que respostas, a possibilidade do desenvolvimento de raciocínios a respeito.

O primeiro capítulo terá como abordagem a retrospectiva histórica das criações humanas relacionadas à educação e à arte em diversos períodos da humanidade e, paralelamente, sob um olhar histórico, verificará como nossos antepassados tentaram compreender a morte.

O segundo capítulo será dedicado especificamente à Idade Média, em que a educação e a arte, mesmo subordinadas a aspectos religiosos, atingiram provavelmente o ápice em suas concepções, influenciando diretamente os rumos de nossa espécie até o tempo presente, conforme os fatos históricos comprovarão. Um período filosoficamente profundo, equivocadamente considerado como das trevas, mas, provavelmente, aquele em que o homem vislumbrou, com maior entendimento a sua existência, e, provavelmente, a sua finitude.

No terceiro e último capítulo verificaremos, prosseguindo com o retrospecto histórico, os avanços e fracassos da educação ao longo da História do Brasil, as manifestações artísticas e as interpretações sobre a morte.

A parte final do terceiro capítulo será dedicada, especialmente à proposta recente de educação popular e democrática de Darcy Ribeiro e à catástrofe neoliberal, que infelizmente a sucedeu.

## 1. O ATO DE EDUCAR: UMA SAGA (REPLETA DE ARTE) E A MORTE QUE A PERMEIA

As cenas iniciais da obra seminal do cineasta Stanley Kubrick *2001: A Space Odyssey* (2001 – *Uma Odisseia no Espaço*) conectam os ancestrais do homem à era espacial e à constatação de que a evolução da espécie sempre esteve atrelada a uma natureza belicista e violenta. A violência é vital para a sobrevivência. E, ao som de Richard Strauss (*Also sprach Zarathustra*, OP.30), um osso é transformado em arma e flutua em direção ao infinito (*Quo vadis?*). Em seguida, no seu movimento de descida, já se apresenta no formato de um satélite que percorre a galáxia na qual o planeta Terra é um minúsculo elemento.

Nesse intervalo de tempo, entre os primórdios do homem e a contemporaneidade, quantos sistemas relacionados à palavra educação, de origem grega, foram gestados? E quais sistemas de fato libertaram o homem na trajetória longínqua de produção de conhecimentos e de conflitos?

Ao longo dessa trajetória, o homem se desenvolveu biologicamente, lapidou as suas pegadas, construindo e destruindo civilizações e, certamente, ainda que com inúmeros equívocos, foi eficaz na transmissão dos seus conhecimentos. Mas, o absoluto processo de desumanização verificado em nosso tempo presente, em que paradoxalmente a humanidade experimenta um desenvolvimento tecnológico inigualável em todos os setores, não demonstraria um redundante fracasso? Um mundo caracterizado por profundas desigualdades sociais, fundamentalismos e conflitos. Um mundo em que a negação da morte é evidente, através de superficialidades de todos os tipos.

É necessário ressignificar os conceitos de finitude nos dias de hoje. Para Philippe Ariès (2003, p.20), “Não é fácil lidar com a morte, mas ela espera por todos nós...Deixar de pensar na morte não a retarda ou evita. Pensar na morte pode nos ajudar a aceitá-la e a perceber que ela é uma experiência tão importante e valiosa quanto qualquer outra.”

Louvável é o instintivo duelo do homem contra a morte e esse fato torna-se marcante, por exemplo, na alegoria criada por Ingmar Bergman em *Detsjundeinsegle*

(*O Sétimo Selo*), no célebre jogo de xadrez, em que o cavaleiro medieval é derrotado por ela e tragado pela peste negra.

Portanto, quais sistemas educacionais foram capazes de sobrepujar as limitações humanas, suas fragilidades, suas contradições e a perplexidade diante da constatação de que a vida é finita, de que a morte é inexorável?

Com o objetivo de observar as contradições da saga humana, repleta de virtudes e, ao mesmo tempo, perversidades, estabeleceremos um panorama histórico das práticas de educação desenvolvidas até os dias de hoje com acertos e equívocos.

Observaremos fundamentalmente a arte, fruto de nossos saberes e de nossas intuições, provavelmente a mais elevada manifestação concebida pelo homem como um fator de redenção, de real transformação diante de suas fragilidades e de sua violência. Uma sublime alternativa para a melhor utilização possível dos nossos conhecimentos e do tempo efêmero que nos é concedido nessa vida, uma possibilidade subjetiva de conexão com a eternidade.

Iniciaremos esse retrospecto histórico pelo homem primitivo que não tinha consciência de sua individualidade e realizava-se como parte de grupos, por exemplo, os de caçadores e os de agricultores.

O advento da guerra era notável em povos agricultores, com a educação sendo direcionada na passagem dos ensinamentos de pais para filhos por meio de disciplina e da preparação para a utilização de armas.

A iniciação ritual, em diversas crenças, era determinante para as sociedades primitivas e um dos principais elementos educativos. A criança, vista como reencarnação de antepassados, tratada com respeito e, podemos dizer, até mesmo temor. O “espírito” vagava enquanto a integração não estivesse completa. Ritos de iniciação eram comuns. E, a imposição do nome, fundamental, o que gerava o infanticídio no caso de crianças sem origem definida.

Segundo Hubert (1976, p.8), seriam necessárias novas cerimônias iniciais, para que o púbere pudesse obter a total “refundição do seu ser”, explicitamente morte e novo nascimento. E dirigidas pelos anciãos que tinham a incumbência de conservar crenças e ritos tradicionais.

A magia era notável. E certas atividades, como justamente a arte, estariam nas mãos de sociedades secretas.

As pinturas de animais e mãos da caverna de Lascaux, na França, são provavelmente as primeiras manifestações artísticas expressivas do homem, ainda no período Paleolítico. Uma peça que merece destaque entre as obras de arte do período, é a estatueta *Vênus de Willendorf* encontrada no início do século XX na Áustria. As esculturas seriam aprimoradas no período seguinte, o Mesolítico, e, encerrando a Idade da Pedra e a Pré-História, no período Neolítico, certamente Stonehenge, de caráter religioso, inaugurou auspiciosamente a capacidade humana de conceber belíssimos monumentos arquitetônicos. Com o domínio dos metais nas Idades do Cobre, do Bronze e do Ferro, o homem produziria peças magníficas, como esculturas e peças de ourivesaria. Uma das descobertas arqueológicas mais significantes do século XX foi a da magnífica Necrópole de Varna, na Bulgária, sítio arqueológico do período da Idade do Cobre, com seus artigos de ouro.

Ariès (1981, p.104) se refere à questão da admissão da “continuação depois da morte” constatada desde as “sepulturas com oferendas” do período musteriano (período pré-histórico do paleolítico médio).

O homem tentava decodificar intuitivamente os enigmas de sua existência finita, aspecto que o acompanharia para sempre.

É necessário destacar o fato de que pouco mais de vinte sociedades primitivas alcançaram o grau de civilização.

Nos povos indoamericanos, astecas, maias e incas, a educação tinha caráter bélico-religioso. A morte, para os astecas, apresentava características mitológicas e manifestava a relação daquela civilização com a natureza. Os maias e incas acreditavam que as almas continuavam vivendo após a morte. Os sacrifícios humanos, por questões religiosas, eram comuns por parte desses povos. A arte asteca era religiosa e representava seus deuses. A arte maia era composta por pinturas sobre papel e gesso, esculturas e estatuetas, que representavam homens e mulheres com poder em sua sociedade. A arte inca era fenomenal em termos de ourivesaria, o que pode ser verificado em peças como mantos sacerdotais, jarros e esculturas. A arquitetura inca é reconhecida pelas ruínas de Machu Picchu, incluindo um observatório astronômico e os grandes monumentos de Cuzco, no Peru.

A compreensão do sentido da antiga educação chinesa estava impregnada de crenças relacionadas à morte. Fundamentalmente, o culto aos seus antepassados. No que diz respeito à arte, os meninos recebiam ensinamentos de dança, literatura e música. É interessante destacar que dois mestres, em períodos diferentes influenciaram a educação chinesa: Lao-Tsé e Confúcio.

Para os hindus, a questão da preservação das castas era fundamental na educação. Os brâmanes, de casta superior, influenciavam a educação em todo o país. Mas tornava-se também contemplativa, de caráter religioso, através dos ensinamentos de Guatama Buda. A arte hindu retratava essencialmente elementos religiosos, principalmente na arquitetura, na pintura e nas esculturas.

A educação egípcia, segundo Luzuriaga,

estava intimamente relacionada com a religião e a cultura. Com seis ou sete anos os meninos iam para a escola, reservada para filhos das classes superiores. Nos templos estavam as escolas superiores, e eram destinadas aos cargos de escribas e outras atribuições importantes de Estado. A educação egípcia proporcionava uma profunda percepção e preparação para os ritos de passagem. (LUZURIAGA, 1973, p.28)

A arte egípcia era impactante, o que podemos constatar na arquitetura, nas esculturas, nas pinturas encontradas em pirâmides, como as de Quéops e Gizé, túmulos como o de Tutancâmon, faraó que faleceu na adolescência, sarcófagos, etc. E o *Livro dos Mortos* dessa fantástica civilização, descoberto pelo francês Jean-François Champolion, em 1830, certamente um dos principais textos da história humana, caracterizado por uma compreensão singular sobre a morte. No capítulo XIII, encontramos essa sublime recitação:

Entro no céu como um Falcão. Percorro as regiões do Céu como Fênix. Os deuses adoram Ra e ele prepara os caminhos. Agora penetro na bela Amenti. Eis-me junto ao Lago sagrado de Hórus; amarrei seus cães. Que o Caminho me seja aberto! Possa eu percorrê-lo e ir adorar Osiris, Senhor da Vida Eterna. (O Livro dos Mortos, 1982, pp.30-31)

Os hebreus, povo teocrático e nômade, patriarcal, com momentos marcantes anteriores e posteriores ao desterro, no Egito, obtiveram através de seu *Livro da Lei*, o *Decálogo*, orientações fundamentais para os seus propósitos de educação, que era primordialmente religiosa. Grandes profetas, como Isaías, Jeremias, Daniel e Ezequiel,

conduziram os preceitos da educação hebraica. O *Talmud*, texto hebreu fundamental, orientava os rumos escolares. Outra obra importantíssima para esse povo, o *Livro dos Provérbios*, também determinava as ações educativas. Existem controvérsias teóricas sobre a crença dos hebreus na imortalidade. Mas a fé monoteísta que professavam indica claramente esse posicionamento. A fundamentação religiosa encontrada na educação hebraica também é notória nos relatos históricos da beleza arquitetônica e artística dos suntuosos templos de Salomão e Herodes.

Chegamos ao nascimento da pedagogia, simultâneo ao da filosofia, na Grécia. Luzuriaga faz a distinção de quatro períodos que considera essenciais:

a educação heroica, cavaleiresca, representada pelos poemas homéricos e a preparação para a guerra, a educação cívica, representada por Atenas e Esparta, a educação clássica, humanista, representada por Sócrates, Platão e Aristóteles, e a educação helenística, representada pela cultura alexandrina. (LUZURIAGA, 1973, p. 34)

A educação em Esparta era rígida, severa e formava guerreiros que encontrariam a morte nos campos de batalha. Interessante o fato de que para os espartanos, a música e a dança, ao mesmo tempo, estavam atreladas a ritos, mas também eram objeto de exercícios militares.

A educação ateniense colocava, em segundo plano, a figura do guerreiro, privilegiando a cultura. A educação musical, segundo Luzuriaga,

compreendia não apenas a música, mas também a poesia; e era dada pelo “citarista”, por vezes na própria “palestra”, ou, então, em lugares especiais. Mais tarde, desenvolveu-se a educação do tipo mais instrutivo, escolar, dada pelo mestre elementar, seguido do gramático, que ensinava gramática e retórica. A esses educadores ajuntava-se o pedagogo, que acompanhava os rapazes e cuidava de sua conduta. (LUZURIAGA, 1973, p. 40)

Surgem, então, os *sofistas*, professores que preparavam os jovens para a oratória. Para eles, as verdades eram particulares e variavam com o tempo e o espaço.

A chamada educação helenística, com começo no início do Império de Alexandre no século IV a. C., tornou a educação pública.

A arte grega caracterizava-se pela harmonia, e buscava a perfeição. Como não ser um esteta diante de esculturas como a *Vitória de Salmotrácia*? Não vivenciar o belo nas pinturas, na arquitetura? Como não se inebriar com a dramaturgia de Aristófanos, com as tragédias de Ésquilo, Sófocles e Eurípedes? Com os legados de sua literatura? Os poemas de Safo, Anacreonte e Píndaro, as fábulas de Esopo e os textos históricos de Heródoto.

Sem o estigma da velhice, tão presente nos tempos de hoje, a morte era um refrigério. Tanatos, o nome da morte na mitologia grega, recebia os mortos e os libertava de suas aflições. Mas, por outro lado, figuras como a das Górgonas caracterizavam a morte como motivo de dor. Os gregos acreditavam na terra dos mortos, o Hades, deslumbrantemente descrito por Homero em sua *Odissea*.

Hubert (1976, p.190) se refere mais precisamente ao nascimento da pedagogia na Grécia, como “um aspecto essencial da filosofia.” Os pensadores pré-socráticos, no período que vai do fim do século VII a.C à metade do século V a.C, tornavam a filosofia iniciação para ritos ascéticos nas escolas, que na verdade, seriam seitas comparáveis ao que consideraremos como confrarias de magos.

Mais tarde, os principais representantes da pedagogia grega seriam Sócrates, Platão e Aristóteles.

Sócrates, segundo Hubert (1976, p.196), “deu ao conhecimento e à cultura do espírito orientação a que o mundo ocidental permaneceu fiel até hoje.” Seria o primeiro grande educador da História.

Para Luzuriaga (1973, p.49), Sócrates foi “o primeiro em reconhecer como fim da educação o valor da personalidade humana, não a individual subjetiva, mas a de caráter universal.” Prossegue afirmando que a Pedagogia de Platão (1973, p.54) é a “formação do homem moral dentro do Estado justo.”

Aristóteles teria como finalidade na educação, segundo Luzuriaga (1973, p.56), “o bem moral, no qual consiste a felicidade, que não há confundir com o prazer, pôsto seja este condição necessária daquela. Por felicidade entende Aristóteles a plenitude da realização do humano no homem.”



Quatro escolas filosóficas do Período Helenístico estão entre as principais: o cinismo, o ceticismo, o epicurismo e o estoicismo. Destacamos aqui uma abordagem sobre a finitude, do filósofo Sêneca, o principal representante romano do estoicismo:

Podes me indicar alguém que dê valor ao seu tempo, valorize o seu dia, entenda que se morre diariamente? Nisso, pois, falhamos: pensamos que a morte é coisa do futuro, mas parte dela já é coisa do passado. Qualquer tempo que já passou pertence à morte. (SÊNECA, 2014, p.15)

Na educação clássica - Grécia e Roma - chega-se à valorização da pessoa humana. Descobre-se o educando. Considerada muito inferior em relação à helênica, a educação romana trouxe a contribuição da promulgação do ensino como função pública do Estado. Numa história contínua de guerras, Roma teve pedagogos gregos como escravos, e uma influência clara do helenismo em suas práticas educacionais, mas com vários pontos de divergência. Era uma educação austera e disciplinadora. Desde os tempos iniciais, com supremacia do caráter moral em relação ao intelectual, voltada para aspectos militares, jurídico-morais, e para as necessidades de domínio e expansão, principalmente nos períodos do final da República e do Alto Império Romano. Para Luzuriaga,

a política escolar do Estado romano começa com César, que concede o direito de cidadania aos mestres de artes liberais, e continua com Vespasiano, no século I da era cristã, que libera de impostos os professores de ensino médio e superior, benefício mantido pelos imperadores seguintes. (LUZURIAGA, 1973, p.63)

Vespasiano criou cadeiras oficiais de retórica grega, com estipêndio anual, uma das quais chegou a ser ocupada, com boa retribuição, por Quintiliano. Marco Aurélio estabeleceu depois cátedras de filosofia, estipendiadas pelo Estado. De grande interesse é também a criação por Trajano, de bolsas para estudantes, sob a forma de “instituições alimentícias.”

Mais pragmática e retórica do que idealista e filosófica, em comparação aos gregos, a pedagogia romana teve na figura de Marco Pórcio Catão os primeiros textos sobre educação. Os filósofos Marco Túlio Cícero e Lúcio Eneu Sêneca exerceram grande influência na educação romana. E, Marco Fábio Quintiliano foi o maior de seus

pedagogos. Já nos estertores do Império Romano, Teodósio II fundaria no ano de 425 d.C., a Escola de Constantinopla.

A cremação era comum para os romanos e os funerais normalmente ocorriam durante a noite. Para os amantes da numismática é inevitável não imaginar se denários, antoninianos, asses ou sestércios, entre outros tipos de moedas romanas, não eram as peças escolhidas para o pagamento de Caronte, o barqueiro responsável pela condução das almas até o mundo subterrâneo.

Os murais que relatavam a vida cotidiana em Pompeia estão até hoje conservados e representam uma vertente importante da arte romana. Peças teatrais eram apresentadas nos teatros romanos. Os mosaicos, belíssimos, encontrados em diversos espaços, como por exemplo, termas; e as moedas concebidas por artesãos, verdadeiras obras de arte no auge do Alto Império Romano. As esculturas eram imponentes, como a que representa o imperador Augusto. A arquitetura, também era imponente, com monumentos de todos os tipos: Arcos, como o de Constantino, em Roma; Colunas, como a de Trajano, também em Roma; o célebre Panteão, o *Ara Pacis*, altar que celebrava a Pax Romana, dedicado pelo imperador Augusto à deusa Pax. Para não deixar de citar o imponente Coliseu romano, inaugurado em 79 d.C. Uma literatura tão decisiva para a civilização ocidental quanto a grega, repleta de expoentes como Lucrécio, Cícero, Virgílio, Sêneca e Ovídio. A arte romana era faustosa, e exprimia a audácia daquela civilização. E antecedeu, finalmente, o esplendor da arte bizantina.

Analisaremos a seguir os fatos a partir do Renascimento, pois a Idade Média será o tema principal do segundo capítulo deste estudo.

A educação humanista, com base nos conhecimentos gerados por gregos e romanos, surgiria no século XV, com a Renascença e seria o marco da educação moderna e de uma vida nova, florescendo na Europa, nos países germânicos, na França, na Inglaterra e na Espanha. Alguns pensadores são fundamentais para um entendimento das propostas educacionais que existiram naquele período. Erasmo, o grande humanista, estabeleceu que os professores deveriam concentrar todo o saber universal. Rabelais propôs novos ideais pedagógicos e uma visão abrangente da existência. E Montaigne, conduziu o ensino destinado às crianças a um âmbito de pleno desenvolvimento. Muitos teóricos consideram que o ápice das criações artísticas tenha sido atingido no

renascimento. Outros críticos e intelectuais tem o entendimento de que o auge na verdade foi alcançado na Idade Média, como verificaremos no capítulo seguinte deste estudo.

O homem renascentista era múltiplo, pleno de ideias. Leonardo da Vinci personificou essa multiplicidade como nenhum outro expoente do período. Outros artistas extraordinários se notabilizaram, entre os séculos XV e XVI, como Fra Angelico, Antonello da Messina, Piero della Francesca, Domenico Ghirlandaio, Piero di Cosimo, Andrea Mantegna, Rafael Sanzio, Masaccio, Andrea del Castagno, Fra Filippo Lippi, Paolo Uccello, Giovanni Bellini, Sandro Botticelli, Andrea del Verrocchio, Tintoretto, Veronese, Tiziano e Michelangelo Buonarroti, responsável por obras-primas eternas, como as pinturas da Capela Sistina, no Vaticano, entre elas o *Juízo Final*, e esculturas como *Pietà*, exposta na Basílica de São Pedro e *David*, em Florença. Todos italianos, num momento em que Florença e Veneza eram consideradas as capitais culturais do mundo. Mas, impossível não citar também pintores como Jan Van Eyck, Lucas Cranach, Hugo van der Goes, Matthias Grünewald, Hans Holbein, Jean Fouquet, Dirck Bouts, Petrus Christus, Albrecht Altdorfer, Pieter Brueghel, o velho, e sua obra máxima, *O triunfo da morte*, El Greco e Albrecht Dürer. O Renascimento Científico tinha a contribuição de mestres como Galileu Galilei e Copérnico, a literatura, nesses dois fundamentais séculos, Dante Alighieri, Francesco Petrarca, Gil Vicente, Luís de Camões, François Rabelais, Michel de Montaigne, Miguel de Cervantes e William Shakespeare. Na música, se destacaram compositores como Josquin des Prez, Pierre de La Rue, John Taverner, Cipriano de Rore, William Byrd, e já na transição para o Barroco, Carlo Gesualdo, Orlando di Lasso, Giovanni Pierluigi da Palestrina, John Dowland, e Tomás Luis de Victoria.

Entre os mais célebres pensadores dos séculos XV e XVI estão Thomas Morus, autor de *Utopia*, e Maquiavel, que elaborou uma das principais teorias políticas de todos os tempos, *O Príncipe*.

A morte era considerada um fenômeno natural, existindo um embate entre as concepções do teocentrismo, que colocava Deus como centro do universo na Idade Média e o antropocentrismo, em que o homem era o centro do universo.

A reforma religiosa, empreendida no século XVI, com a ampliação da leitura de textos bíblicos, após a criação da imprensa, por parte de Johannes Gutemberg e cujo principal protagonista foi Martinho Lutero, que se rebelou contra a Igreja Católica, da qual foi monge agostiniano, resultou em modelos de educação religiosa, como a luterana, a calvinista e a anglicana.

As pinturas, influenciadas pelas concepções católicas, perderam completamente o sentido após a reforma luterana, sendo necessária a destruição de todos os tipos de representações artísticas dessa natureza. No entanto, a música seria valorizada e teria reconhecimento na Reforma Protestante de Martinho Lutero e João Calvino. O principal compositor protestante, já no século XVII, foi Johann Sebastian Bach, considerado por muitos o melhor que existiu.

A Igreja Católica responderia com reformas internas, como o movimento da Contrarreforma, e seus sistemas de educação administrados por ordens religiosas. Certamente, o modelo jesuíta foi o mais notável, protagonizado pelo fundador da Ordem, o grande educador católico Inácio de Loyola. Era um sistema conservador, tradicional, mas de imensa qualidade. Nas palavras de Luzuriaga (1973, p.120), “a educação do jesuíta era naturalmente a formação do homem cristão dentro das doutrinas da Igreja católica.” Os jesuítas teriam presença marcante na educação do Brasil no período colonial, conforme verificaremos no terceiro e último capítulo deste estudo.

Em relação à educação no século XVII, destacaremos alguns pontos. O desenvolvimento da educação pública, com o maior registro na Alemanha protestante, e a educação na América Espanhola, que contribuiu decisivamente para a cristianização sangrenta dos indígenas. A pedagogia, chamada de *Realista* foi protagonizada por nomes como Wolfgang Ratke, John Locke, que priorizava a educação aristocrática e moral e, séculos depois, influenciaria os neoliberais, e Jan Avos Comenius, considerado o maior educador e pedagogista daquele século. Na visão de Luzuriaga (1973, p.137), a pedagogia *realista* é caracterizada “pelo conhecimento das coisas, ou melhor, pelo de suas representações. Aspira a criar uma nova didática, encara a individualidade do educando com mais insistência que nas épocas anteriores, e cultiva na ordem moral e social, o espírito da tolerância, de respeito à personalidade e de fraternidade entre os homens.” Grandes pensadores surgiram no período, como Baruch Spinoza, Tommaso Campanella, René Descartes e Thomas Hobbes.

Os conceitos de morte no século XVII não eram muito diferenciados, entre católicos e protestantes. A mesma perspectiva de vida eterna, o mesmo Deus, apenas com visões opostas na interpretação dos textos bíblicos.

O século XVII é o século do barroco, estilo artístico que floresceu na Europa. Se destacaram na música Claudio Monteverdi, Henry Purcell, Gregorio Allegri, com seu sublime *Miserere*, Tomaso Giovanni Albinoni e seu magnífico *Adagio*, Antonio Vivaldi e Georg Philipp Telemann, na transição entre o barroco e o classicismo. Na pintura, mestres como Caravaggio, Van Dyck, Carracci, Boucher, Vermeer, Murillo, Rembrandt, Zurbarán, Rubens e Velázquez. Na escultura, Bernini. Na literatura, nomes como Molière, Milton e Racine.

O século XVIII é considerado o século das luzes. O Iluminismo, movimento cultural, teve como principal centro de ideias a França e seu ponto culminante foi o lançamento da *Encyclopédie*, com edição de Denis Diderot e Jean Le Rond d'Alembert. Um período que apresentou filósofos expressivos, como David Hume, Giambattista Vico, Gottfried Wilhelm Leibniz, Adam Smith, Voltaire e Montesquieu. Foi o século do fenomenal matemático Isaac Newton, e de dois dos grandes educadores de todos os tempos, Jean-Jacques Rousseau e Johann Heinrich Pestalozzi, este considerado por muitos um dos grandes gênios da educação, fundador da escola primária. Período em que surge a educação estatal, com intervenções do Estado na educação. E com a Revolução Francesa, a educação estatal se transforma na educação nacional, a educação do cidadão. A pedagogia idealista de Immanuel Kant, que também era preceptor, além de filósofo, foi outra contribuição para a educação desse século. Segundo Luzuriaga (1973, p.172), Kant dividia a educação em: “disciplina, cultura, civilidade e moralidade”.

Entre a primeira metade do século XVII e o final do século XVIII, segundo Ariès (1981, p.410), ocorreu uma aproximação entre Eros e Tanatos: “Certamente nas duas épocas, os impulsos profundos e os temas quase não diferem: os mesmos suplícios deliciosos, o mesmo cenário dos túmulos, as mesmas carnes esverdeadas, a mesma beleza dos corpos mortos, a mesma tentação de situar o amor no coração da morte.”

Ariès (1977, p.41) também observa que, a partir do século XVIII, o homem das sociedades ocidentais tende a dar à morte um sentido novo: “Exalta-a, dramatiza-a,

deseja-a impressionante e arrebatadora. Mas ao mesmo tempo, já se ocupa menos de sua própria morte, e, assim, a morte romântica, retórica, é antes de tudo *a morte do outro* – o outro cuja saudade e lembrança inspiram nos séculos XIX e XX o novo culto dos túmulos e dos cemitérios.”

A arte produzida no século XVIII apresentou o estilo Rococó, que nasceu na França e foi desenvolvido nos reinados de Luís XV e Luís XVI, tendo como principal artista Jean-Antoine Watteau. Um dos últimos grandes compositores barrocos viveu entre os séculos XVII e XVIII: Georg Friedrich Händel, que elaborou o seu magnífico oratório *Messias*, em 1741. A música barroca ainda teria como seu último expoente Giovanni Battista Pergolesi. Logo depois, por curtos trinta e cinco anos, Wolfgang Amadeus Mozart, o compositor de *Lacrimosa*, se notabilizaria como um dos maiores mestres da música em todos os tempos. Outros dois grandes gênios da música erudita realizaram trabalhos fundamentais na transição entre o Classicismo e o Romantismo: Joseph Haydn e Ludwig van Beethoven, que superou a surdez e imensos dramas existenciais, como as dores típicas da alma e dos amores não consumados, para declarar em 1824, o seu amor inexplicável pela humanidade, na mais conhecida de todas as sinfonias já criadas, a inebriante nona, onde encontrou os versos de Johann Christoph Friedrich von Schiller, em *An die Freude (Ode à Alegria)*, conclamando o mundo, numa total perspectiva de fraternidade a encontrar o seu criador acima do céu estrelado.

Em 1774, Goethe, na literatura, lançou *Os Sofrimentos do Jovem Werther*. Mas, sua grande obra seria *Fausto*. William Blake também se destacaria com suas obras literárias e pinturas. Outros grandes pintores merecem destaque, como os italianos Giovanni Battista Tiepolo e Canaletto, o francês Jacques-Louis David e o espanhol Francisco de Goya, que realizaria entre os anos de 1819 e 1823, a sua grande obra, *Saturno devorando um filho*.

Luzuriaga define a educação do século posterior da seguinte forma:

Do século XIX procedem os sistemas nacionais de educação e as grandes leis da instrução pública de todos os países europeus e americanos. Todos levam a escola primária aos últimos confins de seus territórios, fazendo-a universal, gratuita, obrigatória e, na maior parte, leiga ou extraconfessional. (LUZURIAGA, 1973, p.180)

Destaca também a pedagogia idealista de Johann Gottlieb Fichte, que proporciona continuidade a de Kant, a pedagogia também idealista de Friedrich Wilhelm August Froebel, cuja obra *A educação do homem*, com visão humanitária, é considerada uma das mais importantes do período, as atividades educativas de Johann Friedrich Herbart, que valoriza a virtude, e a pedagogia positivista, tendo como base a corrente filosófica do Positivismo, fundado por Auguste Comte, e protagonizada por Herbert Spencer, autor de *A educação intelectual, moral e física*.

O Positivismo de Comte influenciaria diretamente a educação no Brasil. Mas a tendência educacional emblemática do século XIX, foi a Educação Nova, que repercutiu em países como Inglaterra, Alemanha, Áustria, França, Bélgica, Suíça, Itália, Espanha e Estados Unidos da América. Ainda na definição de Luzuriaga (1973, p.227), “Por educação nova entendemos a corrente que trata de mudar o rumo da educação, tradicional, intelectualista e livresca, dando-lhe sentido vivo e ativo.”

Os métodos da Educação Nova eram diversos, destacando os de Montessori, com o trabalho individual, Decroly, com o trabalho individual-coletivo, Freinet, com o trabalho coletivo, Cousinet, com o trabalho por grupos, e o de caráter social, como cooperativas. Pensadores fundamentais para a atualidade surgiram nesse século, como Kierkegaard, Bergson, Husserl, Hegel, John Stuart Mill, Proudhon, Schopenhauer, Bertrand Russell, Friedrich Nietzsche, com seus “aforismos”, entre eles, os que se referem à morte, e Auguste Comte e John Dewey, que influenciaram de formas opostas a educação no Brasil. Mas, seguramente, Karl Marx, Friedrich Engels, Émile Durkheim e Max Weber, seriam os teóricos do século XIX que através de suas obras contribuiriam para uma discussão que está longe de ser considerada datada neste sombrio tempo presente, que apresenta um vertiginoso e alarmante recrudescimento do fascismo no mundo.

Ariès (1977, pp.91-92) ressalta que, no século XIX, a morte se tornou motivo de medo para o homem, que passou a não representá-la, ao contrário da familiaridade existente com ela na Idade Média. A figura do cadáver passou a ser repugnante. Ele enfatiza, comparando, que “no fim da Idade Média, as imagens macabras significavam um amor apaixonado pela vida e ao mesmo tempo, o fim de uma tomada de consciência, iniciada no século XII, da individualidade própria à vida de cada homem.”

Grandes movimentos artísticos foram empreendidos no século XIX, sendo os principais: Neoclassicismo, Romantismo, Realismo, Impressionismo, Art Nouveau e o Simbolismo. Em relação aos grandes pintores, destacamos Van Gogh, Degas, Toulouse-Lautrec, Gauguin, Delacroix, Cézanne, Manet, Constable, Turner, Renoir e Monet. É um século que também apresentou grandes escritores, como Gustave Flaubert, Honoré de Balzac, Paul Verlaine, Mark Twain, Arthur Rimbaud, Edgar Allan Poe, Oscar Wilde, Charles Baudelaire, Eça de Queiroz, Charles Dickens, e, especialmente Victor Hugo, com *Os Miseráveis*, Fiódor Dostoiévsky, com *Crime e Castigo* e Leon Tolstói, com *Guerra e Paz*. Mas talvez o romance emblemático do final desse século tenha sido *Germinal*, de Émile Zola, que enfocou a Revolução Industrial, analisando a exploração dos trabalhadores e os males do capitalismo. E uma profusão de grandes compositores, como Gustav Mahler e seu esplêndido *Adagietto* da 5ª sinfonia, Niccolò Paganini, Charles Gounod, Hector Berlioz, Georges Bizet, Frédéric Chopin, Giuseppe Verdi, o grande expoente da ópera, Franz Schubert, Mendelssohn, Robert Schumann, Franz Liszt, Richard Wagner e *A Cavalcada das Valquírias*, de forma controversa relacionada aos propósitos de propaganda do nazismo e também utilizada nos anos setenta do século XX na abertura do clássico filme de Francis Ford Coppola, *Apocalypse Now*, com temática sobre a guerra do Vietnã, Antonín Dvořák, Anton Bruckner, Johann Strauss II, Johannes Brahms e o deslumbrante *Poco Allegretto* de sua 3ª sinfonia, Sergei Rachmaninoff e Piotr Ilitch Tchaikovsky, todos mestres do Romantismo.

A Pedagogia contemporânea do século XX apresentava as seguintes direções: pedagogia individual, com origem na educação, a pedagogia psicológica e experimental, com destaque para o psicólogo Jean Piaget, nas palavras de Luzuriaga (1973, p.246), “dos mais entusiastas da educação nova e da escola ativa. Para êle, educar é adaptar o indivíduo ao meio social. A educação deve basear-se na psicologia da criança e em suas manifestações ativas, características da infância.”, a pedagogia ativa, com influências de Rousseau e Pestalozzi, e cujo principal representante era John Dewey, a pedagogia social, tendo como um de seus protagonistas Émile Durkheim, que representava a direção sociológica positivista, e definia educação, segundo Luzuriaga (1973, p.255), como “a ação exercida pelas gerações adultas sobre as que ainda não estão maduras para a vida social. Seu objeto é suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais, exigidos pela sociedade política no conjunto e pelo meio especial a que ela particularmente se destina”, e a pedagogia filosófica. Podemos



destacar também alguns nomes fundamentais da educação no século XX, como Lev Semyonovich Vygotsky, que relacionou o desenvolvimento intelectual das crianças às interações sociais, e Carl Rogers. Pensadores extraordinários surgiram no século passado, como Theodor Adorno, Walter Benjamim, Hanna Arendt, Herbert Marcuse, Martin Heidegger, Michel Foucault, Jacques Derrida, Georges Bataille, Gilles Deleuze, Roland Barthes, Pierre Bourdieu, Jean-Paul Sartre, Louis Althusser, Ludwig Wittgenstein, Zygmunt Bauman, Edgar Morin, Alain Touraine, Jürgen Habermas e o grande combatente do fascismo, Antonio Gramsci.

Encontramos também no século XX grandes movimentos artísticos, como o Expressionismo, o Fauvismo, o Cubismo, o Abstracionismo, o Futurismo, o Dadaísmo e a Pop Art. Pintores extraordinários se notabilizaram nesse século. Amedeo Modigliani, Pablo Picasso, Edvard Munch, Wassily Kandinsky, Salvador Dalí, Henri Matisse, Marc Chagall, René Magritte, Giorgio de Chirico, Max Ernst, Francis Bacon, Edward Hopper, Jackson Pollock e Andy Warhol. A fotografia apresentaria como o grande nome do século, Henri Cartier-Bresson. Na dança, foi o século das grandes companhias e bailarinos, como Nijinski, Rudolf Nureyev, Jorge Donn, Margot Fonteyn e Pina Bausch. O Teatro, desde Shakespeare nunca foi tão profícuo, com dramaturgos do porte de Constantin Stanislavski, Luigi Pirandello, Jean Genet, Antonin Artaud, Bertolt Brecht, Tennessee Williams, Samuel Beckett e Anton Tchekhov. A Literatura apresentou nomes como Thomas Mann, André Breton, Paul Éluard, Paul Valéry, James Joyce, Franz Kafka, Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro, Vladimir Maiakovski, Marcel Proust, André Gide, William Faulkner, Rainer Maria Rilke, F. Scott Fitzgerald, Ezra Pound, T.S. Eliot, Dylan Thomas, Ernest Hemingway, Marguerite Duras, Charles Bukowski, J.D. Salinger, Truman Capote, o existencialismo de Albert Camus, Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre, Henry Miller, Vladimir Nabokov, a contracultura da Geração Beat, de Allen Ginsberg, William Burroughs e Jack Kerouac, com *On the Road*, os sul-americanos Jorge Luis Borges, Julio Cortázar e Gabriel Garcia Márquez, as grandes obras psicanalíticas de Jacques Lacan, Carl Gustav Jung, e seu *Livro Vermelho*, e Sigmund Freud, com a *Interpretação dos Sonhos*.

Duas grandes obras literárias do século XX anteviram o processo de desumanização verificado no mundo atual, injusto, violento e opressor: *Admirável Mundo Novo*, elaborada por Aldous Huxley em 1931, e *1984*, concebida por George

Orwell em 1948, que denunciava na época de sua publicação o totalitarismo, visivelmente fortalecido no tempo presente.

Uma das maiores criações artísticas do homem no século XX é proveniente da invenção dos irmãos Lumière, do final do século XIX. O Cinema surgiu como a “sétima arte”, e seus grandes cineastas narraram dramas, guerras, morte, amores: D. W. Griffith, Charles Chaplin, Buster Keaton, F. W. Murnau, Fritz Lang, Jean Renoir, Sergei Eisenstein, Orson Welles, e sua obra-prima, *Cidadão Kane*, Ingmar Bergman e o seu cinema psicanalítico, Akira Kurosawa, Howard Hawks, John Ford, Stanley Kubrick, Luis Buñuel e seu *Anjo Exterminador*, Manoel de Oliveira, Federico Fellini e sua *Doce Vida*, Alfred Hitchcock e *Vertigo*, Elia Kazan, Billy Wilder, Otto Preminger, Vittorio de Sica, Michelangelo Antonioni e seu *Blow-Up*, Luchino Visconti com *Morte em Veneza*, François Truffaut, Jean-Luc Godard, Alan Resnais, Roman Polanski, Andrei Tarkovski com *Solaris*, *Stalker* e *Nostalgia*, Pier Paolo Pasolini, Francis Ford Coppola e *O Poderoso Chefão*, Milos Forman, Rainer Werner Fassbinder, David Lynch, Jean-Jacques Annaud, Andrzej Wajda, Krzysztof Kieślowski, Werner Herzog, Peter Greenaway, Woody Allen, Martin Scorsese com *A Última Tentação de Cristo* e Lars Von Trier. O Cinema também foi transgressor, com a ousadia de discutir os limites tênues entre Eros e Tanatos, demonstrando que o homem é movido a paixões ao mesmo tempo tristes, belas e sempre avassaladoras, no limite angustiado de sua existência, como nos casos de *Último Tango em Paris*, de Bernardo Bertolucci e *O império dos sentidos*, de Nagisa Oshima.

Na música erudita, Igor Stravinsky, Maurice Ravel e seu *Bolero*, Claude Debussy, Benjamin Britten, Richard Strauss, Béla Bartók, Dmitri Shostakovich, Serguei Prokofiev, Alexander Scriabin, Gustav Holst, Olivier Messiaen, George Gershwin, Kurt Weill, Aaron Copland e Astor Piazzolla, com seu belíssimo tema *Adiós Nonino*. A música eletroacústica de John Cage, o experimentalismo de György Ligeti, o minimalismo de Philip Glass e Arvo Pärt, a música eletrônica e concreta de Karlheinz Stockhausen, e os compositores que romperiam com paradigmas anteriores, propondo o dodecafonismo, como Arnold Schoenberg, Alban Berg e Anton Webern. Foi também o período das grandes orquestras, como a filarmônica de Berlim, e dos grandes maestros, como Leopold Stokowski, Otto Klemperer, Wilhelm Furtwängler, Arturo Toscanini, Pierre Boulez, Herbert von Karajan e Leonard Bernstein.

O século XX ainda apresentaria novos e definitivos gêneros musicais, como o Blues, de Robert Johnson, Sonny Boy Williamson e Son House, o Jazz de Cole Porter, Miles Davis, Charlie Parker, Thelonious Monk, Charles Mingus, Billie Holiday, Ella Fitzgerald, Sarah Vaughan, Nina Simone, Frank Sinatra, considerado por muitos, o maior intérprete da música popular de todos os tempos, Louis Armstrong, Dave Brubeck, John Coltrane, Duke Ellington, Dizzy Gillespie, Chet Baker e Michel Legrand, o Soul, de Sam Cooke, James Brown, Aretha Franklin, Otis Redding e Stevie Wonder, e o Rock and roll de Elvis Presley, Beatles, Rolling Stones, The Who, Beach Boys, Jimi Hendrix, Janis Joplin, The Doors, Bob Dylan, Cream, David Bowie, Roxy Music, Pink Floyd, Genesis, Yes, Jethro Tull, Deep Purple, Black Sabbath, Led Zeppelin e Queen.

A questão dos entendimentos do homem quanto à morte no século passado, foi dessa forma analisada por Ariès:

Até o começo do século XX, a função atribuída à morte e a atitude diante da morte, eram praticamente as mesmas em toda a extensão da civilização ocidental. Esta unidade foi rompida após a Primeira Guerra Mundial. As atitudes tradicionais foram abandonadas pelos Estados Unidos da América e pelo noroeste da Europa industrial, sendo substituídas por um novo modelo do qual a morte foi como que expulsa. (ARIÈS, 1977, p.173)

Essa retrospectiva encontra finalmente, com ceticismo, o século XXI.

Desprovida de humanismo, priorizando a inserção do alunado no mercado de trabalho para suprir as necessidades ferozes do capital, e não o desenvolvimento do pensamento crítico e libertário, que possibilita a transformação real da vida. Impregnada de objetivos políticos e econômicos escusos na esfera pública, meritocrática e neoliberal. Seria essa a face da educação atual, aparentemente exitosa somente em sociedades teoricamente muito desenvolvidas, como, por exemplo, a finlandesa, que na verdade chafurda nos índices de suicídio?

Verificamos uma profunda banalização da morte, através da violência urbana presente, por exemplo, nas grandes metrópoles do mundo, principalmente as dos países subdesenvolvidos ou em processo de desenvolvimento. Violência caracterizada por uma profunda indiferença à importância da vida, acentuada em sociedades desiguais e

injustas. O terrorismo islâmico, fruto do fundamentalismo religioso e das atrocidades cometidas pelo ocidente capitalista, contribui para essa banalização, assombrando com atentados grandes cidades na Europa e nos Estados Unidos da América. A fome retorna ao Brasil, e se agrava em países africanos, resultando na morte de milhares de crianças por desnutrição. Ocorre a maior crise de refugiados de todos os tempos, consequência dos inúmeros conflitos existentes na atualidade, gerando mortes trágicas.

E a arte no século XXI? o que dizer? Se a humanidade está se desintegrando em todos os aspectos, ela acompanha esse processo. Os “subprodutos” de baixíssimo nível difundidos massivamente através das grandes corporações midiáticas pelo mundo afora, sem relação alguma com a arte transformadora que o homem produziu ao longo de sua trajetória, prevalecem. Restaria então apenas a contemplação, restrita aos grandes museus do planeta, de todo o verdadeiro legado artístico da humanidade?

## 2. O CAVALEIRO MEDIEVAL E O JOGO DE XADREZ

Idade Média. Momento crucial para todo o processo de absorção de conhecimentos que o mundo experimentou nos períodos seguintes, até o tempo presente.

Para o entendimento do processo histórico que resultou nas práticas educacionais inigualáveis do período medieval, é necessário um retorno ao ano de 476 d.C. O último imperador romano, Flavio Romulo Augusto, foi deposto. Era o fim do Império Romano do Ocidente. A queda também refletiria o colapso das práticas clássicas de educação. A parte oriental do império, o chamado Império Romano do Oriente, tinha como capital Constantinopla, atual Istambul, na Turquia, que anteriormente era conhecida como Bizâncio. Surgiria então o Império Bizantino, marco inicial da Idade Média, que duraria mil anos, até a tomada de Constantinopla pelos turcos, em 1453.

Enquanto no Império Romano o ensino apresentou uma fundamentação política, o cristianismo ofereceu logo depois, como finalidade espiritual ao homem medieval, a possibilidade de compreender a sua existência.

O que entendemos como pedagogia em nosso tempo, certamente tem como origem o ensino medieval. Um exemplo interessante de método pedagógico na Idade Média é a Pedagogia Escolástica, que proporcionava ao homem fortalecimento espiritual.

O período proporcionaria a formação de instituições que seriam vitais para o futuro da humanidade, entre elas o parlamento e o júri, e, principalmente, as universidades.

Para Costa Nunes (1979, p.10), “o termo Idade Média, por conseguinte, só designou o período da latinidade situado entre o reino de Constantino, o Grande, e o de Carlos Magno.” Longe de ser uma, ainda na visão de Nunes, (1979, p.11) “fase intermediária entre a civilização antiga e a moderna, mas um conjunto de séculos refertos de eventos grandiosos e de transformações sociais do mundo ocidental e que constituiu o início da civilização moderna.”

O autor, analisando a História da Educação, também se refere ao que chama de periodização da Idade Média em quatro fases. A primeira, que começa com a queda do Império Romano do Ocidente até o reinado de Carlos Magno, no final do século VIII, a segunda, entre 950 e 1200, a terceira abrangendo o século XIII, já relacionada ao declínio da Idade Média, e a quarta caracterizada por mudanças e conflitos sociais.

Nas considerações de Nunes, (1979, p.11) “pela transição do feudalismo à monarquia, pela crise da cultura, decadência das escolas e pelo surgimento do humanismo renascentista.”

Em relação aos aspectos educacionais das quatro fases, ressalta que na primeira “registra-se a decadência escolar do mundo antigo, a implantação do monaquismo e a transmissão da cultura romana aos povos germânicos cristianizados.”

Na segunda, destaca as renovações da cultura em reinados como o de Carlos Magno, “o cessamento das invasões, o aumento da população, as grandes transformações econômicas, a organização do feudalismo e o renascimento do século XII.”

A terceira fase “constitui o apogeu da civilização medieval com o florescimento das universidades, a constituição da doutrina e do método escolásticos”, e finalmente, a quarta, que Nunes (1979, p.12) relaciona “à decadência escolar e à crise da cultura do Ocidente, época agitada e convulsa em que entra a surgir o Renascimento, verdadeira idade média entre a Primeira Idade da Civilização Ocidental e a Europa moderna.”

Costa Nunes (1979, pp.74-75) se refere ao fato de que na primeira fase da Idade Média os “(...) povos germânicos receberam de modo direto da antiguidade romana um patrimônio cultural de conteúdo exclusivamente literário e jurídico.”

A transmissão do conhecimento antigo se evidenciou pela preservação de livros em mosteiros e igrejas. E a transmissão desse conhecimento, através de manuscritos, manuais e enciclopédias, como as obras de Santo Agostinho, entre elas *De Doctrina Christiana*, *De Magistro*, *De Civitate Dei*, as *Confessiones* e o *De Musica*. Os principais nomes que podemos considerar como importantes transmissores de saberes na Idade Média foram Flávio Magno Aurélio Cassiodoro Senador, Anício Mânlio

Torquato Severino Boécio, considerado um dos maiores educadores do período, Santo Isidro de Sevilha, São Beda, o Venerável e São João Damasceno.

Os copistas, entre eles monges, tinham papel também fundamental na transmissão dos conhecimentos e da cultura. Os monges, a propósito, estão entre os principais transmissores de saberes no período.

É necessário destacar o caráter enciclopédico no ensino medieval. As principais e grandes obras com essas características foram: *Tratados de dialética* e *De consolatione philosophiae*, de Boécio, *De institutione litterarum divinarum*, de Cassiodoro, *De originibus*, de Isidoro de Sevilha, e o *Manual de dialética*, de Beda, o Venerável.

É possível afirmar que as propostas pedagógicas foram múltiplas, mas com a preponderância e influência da Igreja Católica, que promovia o ensino público em escolas episcopais, que formavam sacerdotes, sendo elas catedralícias ou monásticas. Em abadias, as bibliotecas, conhecidas como *armarium*, guardavam livros com obras de todos os tipos e proporcionavam às escolas os elementos necessários para o desenvolvimento das práticas pedagógicas, com base na fé cristã. Pode-se dizer que o que se obteve em termos de conhecimentos provenientes de sociedades pagãs, foi transformado em algo totalmente novo, distinguindo a Idade Média como o período em que a pedagogia foi absolutamente inovadora, com o incremento ímpar da filosofia e da arte, e, fundamentalmente, teológica.

Nos séculos VIII e IX os monarcas Carlos Magno e Alfredo, o Grande, levariam a educação ao povo, com um conceito de educação estatal, também chamada de palatina.

Os muçulmanos também desenvolveriam práticas educacionais de altíssima qualidade, com base religiosa no Alcorão. Exemplo da magnitude da educação dos árabes, foi a praticada na Espanha, pelo Califado de Córdoba. Com traduções de obras de Aristóteles, foram mestres no domínio das ciências exatas, exímios professores de matemática e astronomia, ensinamentos abandonados pela educação cristã. Priorizaram a educação das mulheres. Um dos mais notáveis intelectuais árabes foi Avicena, físico e filósofo.

No século XIII surgiram as Universidades, na verdade escolas superiores que atenderiam os interesses eclesiásticos, e seriam subordinadas também ao Estado, mesmo conservando um certo caráter de independência. Na definição de Hubert,

a Universidade medieval é, com efeito, o agrupamento corporativo de professores e alunos, *magistrorum et scholarum*. Tem caráter internacional, pois é frequentada por estudantes de todas as nações: os grandes professores passam de umas às outras; os graus que concede têm valor em todos os países da Europa. A Universidade não é, absolutamente, um estabelecimento escolar, um edifício destinado ao uso comum, mas uma sociedade de homens unidos por um espírito comum e votados às mesmas tarefas. (HUBERT, 1976, p.32)

Algumas das que mais se destacaram foram as Universidades de Paris, Coimbra, Bolonha, Salerno, Oxford, Roma, Pisa, Montpellier, Salamanca, Nápoles, Praga e Viena.

No período medieval grandes teóricos se destacaram nas práticas educacionais. Entre eles, os já supracitados Cassiodoro, Santo Isidoro, Beda, o Venerável, e Alcuíno, Rabano Mauro, Escoto Erigena, Santo Anselmo, Abelardo, Alberto Magno, Roger Bacon, Duns Escoto, Guilherme de Ockam e Raimundo Lúlio.

Mas, destacaremos dois personagens. O primeiro deles, nome inigualável na História da educação, como inigualável era a sua sabedoria humanística, Agostinho, nasceu em 13 de novembro de 354 d.C., em Tagaste, Numídia, na África romanizada. Privilegiou o valor da formação humana e a ética, e influenciou diretamente os rumos que a Igreja Católica impôs à educação na Idade Média.

Segundo Costa Nunes,

Santo Agostinho, feito sacerdote em 391, estabeleceu em Hipona uma casa religiosa, misto de mosteiro e seminário e, quando bispo, fez da sua residência um verdadeiro cenóbio. Organizou a vida monástica e a sua Regra serviu de base para muitas ordens religiosas. Essa Regra é a Epístola 211, dirigida a religiosas, e a Regra para os servos de Deus, em 12 capítulos, em que o santo bispo propõe princípios para a vida comunitária de homens. Ela foi depois seguida pelos Cônegos Regulares, adotada no século XII pelos Premonstratenses, no século XIII pelos Dominicanos, Mercedários e Servitas e, mais tarde, pelos Irmãos de São João de Deus. (NUNES, 1979, p.88)



Ainda completa o autor a sua percepção quanto ao legado de Agostinho:

Santo Agostinho legou aos educadores medievais os princípios pelos quais eles se pautaram quanto à orientação dos estudos: os jovens devem dedicar-se ao aprendizado das artes liberais e mecânicas e à filosofia, a fim de aproveitarem ainda mais no estudo da Sagrada Escritura que ensina o que é preciso saber e praticar para alcançar a vida eterna e feliz. (NUNES, 1979, p.100)

Luzuriaga (1973, p.76) afirma que para Agostinho, “o decisivo é a consciência moral, a profundidade espiritual, que nos ilumina a inteligência e faz reconhecer a lei divina eterna.”, o que fica nítido nos magníficos ensinamentos para a humanidade, presentes em todas as obras do santo, como, por exemplo, os encontrados em *A Cidade de Deus*:

Sei de que forças tenho necessidade para demonstrar aos soberbos quão poderosa é a virtude da humildade, pois que, para lá de todas as grandezas passageiras e efêmeras da Terra, ela atinge uma altura que não é uma usurpação do orgulho humano, mas um dom da graça divina. (AGOSTINHO, 1996, p.98)

Em belíssimo trecho de sua obra *O Livre Arbítrio*, Santo Agostinho fez a seguinte referência aos suicidas:

todo desejo daquele que quer morrer é dirigido, não para cessar de existir pela morte, mas para encontrar a tranquilidade. E assim, enquanto crê, por engano, obter o não-ser, sua natureza está a aspirar pela tranquilidade, isto é, deseja possuir uma realidade mais perfeita. (AGOSTINHO, 1995, p.176)

O segundo deles, Santo Tomás de Aquino, surgiu cerca de mil anos depois que Agostinho, vivendo na Itália entre 1225 e 1274. Foi assim definido por Luzuriaga:

Discípulo de Alberto Magno e a mais alta expressão da escolástica e do pensamento filosófico medieval, não escreveu expressamente sobre educação, mas seu pensamento influenciou decisivamente em toda a pedagogia católica, da Idade Média até nossos dias. (LUZURIAGA, 1973, p.91)

Segundo Costa Nunes, Tomás de Aquino:

soube fundamentar de modo inigualável a educação do Homem, ao delinear os passos da aprendizagem intelectual e da formação moral, baseando-se na concepção da estrutura intelectual e volitiva da pessoa, interligando a educação à psicologia filosófica e à ética. (NUNES, 1979, p.270)

Costa Nunes prossegue com a sua análise, enaltecendo a importância dos ensinamentos de Aquino (1979, p.260): “Como disse com propriedade o papa Pio XI na encíclica *Studiorum Ducem*, “em filosofia Santo Tomás salvaguarda a força e o poder da inteligência humana, assim como o dissemos, e prova a existência de Deus por meio dos mais firmes argumentos.”

E Nunes avança ainda mais no seu estudo, se referindo a uma das obras mais significantes de Aquino, no que diz respeito às suas contribuições para a Pedagogia e a Filosofia:

Na *Suma Teológica* Santo Tomás de Aquino demonstra que deve existir uma ciência sagrada distinta da filosofia e que, ocasionalmente, tanto a teologia como a filosofia podem considerar o mesmo objeto ou tema, a saber, Deus, o homem, o bem, a conduta. (NUNES, 1979, p.260)

Para Costa Nunes (1979, p.269), “os pedagogos medievais trataram da educação moral e da instrução, formularam conceitos metafísicos, éticos, políticos e estritamente técnicos, concernentes à educação do Homem.”

Mas a Pedagogia Escolástica entraria em declínio, sendo substituída pelos ideais da Renascença. Costa Nunes explica que (1979, p.294), “a crise escolar no fim da Idade Média exprimiu-se no terreno doutrinário, no campo metodológico e nas áreas administrativas.”

A construção da ideia de morte certamente foi medieval, com as melhores representações a respeito que já existiram. O domínio da mentalidade cristã trouxe uma compreensão de finitude complexa e específica, sucedendo as concepções pagãs. Talvez o principal encontro do homem medieval com a morte tenha ocorrido através da

devastação da Peste Negra, a pandemia que dizimou mais de 70 milhões de pessoas, com seu auge no século XIV.

Em suas obras a respeito da morte, Philippe Ariès estabelece uma série de aspectos relacionados à Idade Média. Ele se refere, por exemplo, ao que chama de morte “clericalizada”, por volta do século XI. A mesma Igreja que influenciou diretamente os rumos da educação, influenciou também a compreensão do homem diante da morte:

os ritos da morte da alta Idade Média eram dominados pelo luto dos sobreviventes e pelas homenagens que prestavam ao defunto (elogio e cortejo). Os ritos eram civis e a Igreja não intervinha senão para absolver; absolvição antes da morte e póstuma, de início aparentemente mal-diferenciadas. A partir do século XIII aproximadamente, intervieram mudanças...em primeiro lugar, a vigília e o luto. (ARIÈS, 1981, pp.172-173)

Prossegue afirmando que:

por volta do século XII, ao mesmo tempo que a vigília, o luto e o cortejo se tornaram cerimônias da Igreja, organizadas e dirigidas por homens da Igreja, ocorreu alguma coisa que poderá parecer insignificante, mas que torna manifesta uma mudança profunda do homem diante da morte: o corpo morto, antes objeto familiar e figura do sono, possui daí por diante um tal poder que se torna insuportável à vista. Foi, e por séculos, retirado aos olhares, escondido numa caixa sob um monumento, onde não é mais visível. A ocultação do morto é um grande acontecimento cultural, que é preciso agora analisar, porque também está carregado, como o conjunto das coisas da morte, de um simbolismo principalmente eclesiástico. (ARIÈS, 1981, p.179)

Ariès também destaca o fascínio pelo final dos tempos, a partir da visão do homem medieval:

A partir do século XIII, a iconografia desenrola durante cerca de quatro séculos na tela dos portais decorados com cenas sagradas o filme do final dos tempos, as variantes do grande drama escatológico que deixa transparecer, na sua linguagem religiosa, as inquietações novas do Homem na descoberta do seu destino. (ARIÈS, 1981, p.108)

A Escatologia, doutrina que trata do destino final do homem e do mundo, sempre prevaleceu em muitas religiões. Não apenas as relacionadas ao Cristianismo. O

fim dos dias está presente em crenças como o Budismo, o Hinduísmo, o Islamismo e o Judaísmo.

Finalmente, Ariès (1977, p.35) se refere ao fato de que “a morte, na Idade Média, tornou-se o lugar em que o Homem melhor tomou consciência de si mesmo.” E compara a limitada compreensão do homem de nosso tempo, em meio às suas derrocadas, com a do homem medieval:

Contudo, entre nosso sentimento contemporâneo de fracasso pessoal e aquele do fim da Idade Média, existe uma diferença muito interessante. Hoje em dia não estabelecemos relação entre nosso fracasso pessoal e nossa mortalidade humana. A certeza da morte, a fragilidade de nossa vida são estranhas a nosso pessimismo existencial. O Homem do fim da Idade Média, ao contrário, tinha uma consciência bastante acentuada de que era um morto em suspensão condicional, de que esta era curta e de que a morte, sempre presente em seu âmago, despedaçava suas ambições e envenenava seus prazeres. Esse Homem tinha uma paixão pela vida que hoje nos custa compreender, talvez porque nossa vida tenha se tornado mais longa. (ARIÈS, 1977, p.35)

Encontrando um ponto de interseção entre a Arte deslumbrante produzida na Idade Média e o entendimento sobre a morte no período, é interessante investigar a célebre obra de Georges Duby, *O Tempo das Catedrais*, em que o notável historiador francês se refere à relação do homem medieval com os mistérios de Deus e da morte:

Que sabia ele das estruturas do mundo criado? Via girarem regularmente as estrelas, regressarem as alvoradas e as primaveras, e todos os seres nascerem e morrerem. Tinha consciência duma ordem instaurada por Deus, a ordem substancial com que estão de acordo os muros das igrejas românicas e que seus construtores se aplicaram a significar. (DUBY, 1979, p.64)

Da morte com a arte dos espaços funerários, como no caso da Igreja de Saint-Germain d'Auxerre:

Importava com efeito dispor em redor das relíquias ornamentos dignos das suas virtudes. Foi também por que se converteu num relicário que a igreja monástica se cobriu então de esplendores. E esta decoração, aplicada aos despojos dos santos, aparentava-se naturalmente com a arte funerária. A atenção que a cristandade do século XI dava à morte traduz a vitória de crenças vindas do fundo do povo, que os triunfos do feudalismo revigoraram, que as impuseram à gente da Igreja,

elevando-as assim até os níveis superiores da cultura onde de novo encontraram expressão sólida. (DUBY, 1979, pp.68-69)

E é exatamente nesse ponto que Duby (1979, p.69) estabelece a ligação da passagem do morto, incensada pelos adornos de sua sepultura, e o êxtase da música em formato de oração: “Para o corpo defunto, até que ressuscitasse, nenhuma morada parecia mais propícia à salvação do que a proximidade dos relicários, a vizinhança do coro onde a oração, ao longo de todo o dia, era lançada para o Deus-juiz.”

Finalmente, Duby une transcendência e música, que ultrapassava os limites do humano, e oferecia a esse homem medieval os elementos necessários, culturais e educacionais, no aprendizado dos cânticos litúrgicos, para conectar-se em perfeita harmonia ao Divino, ultrapassando os seus limites, com uma concepção delicada e profunda de sua finitude:

A música, e por ela a liturgia, foram os instrumentos de conhecimento mais eficazes de que dispôs a cultura do século XI. As palavras, pela sua significação simbólica e pelas associações que o seu encontro suscita no pensamento, permitem sondar intuitivamente os mistérios do mundo. Conduzem a Deus. A melodia conduz a ele ainda mais directamente porque deixa distinguir acordes harmónicos da criação, e pelo meio que ao coração humano oferece de se moldar na perfeição das intenções divinas. (DUBY, 1979, pp.80-81)

A música medieval era sacra e profana, e caracterizada pelos seguintes gêneros: o canto gregoriano, o cantochão, a música dos trovadores e a polifonia. Os grandes compositores do período foram Marcabru, com seu cântico *Pax in nomine Domini*, Léonin, Pérotin, Alfonso X, o Sábio, e suas *Cantigas de Santa Maria*, Hildegard von Bingen, Guillaume Dufay, John Dunstable, Adam de la Halle, Phillippe de Vitry, Johannes Ockeghem e Guillaume de Machaut, autor de missas, como a de *Notre Dame*, e de canções, como *Douce Dame Jolie*, uma das mais belas já compostas.

A Idade Média deixou, através de seus estilos, legados artísticos singulares para a humanidade, entre eles, a Arte gótica, a Arte bizantina, a Arte islâmica, e a Arte românica, que influenciou a arquitetura, a escultura e a pintura.

Grandes pintores se notabilizaram no período: Guido da Siena, Giovanni Cimabue, Duccio di Buoninsegna, Ugolino di Nerio, Segna di Bonaventura, Pietro

Cavallini, Simone Martini, Hans Memling, Hieronymus Bosch, que concebeu obras esplêndidas como *O Julgamento Final*, e finalmente, Giotto di Bondone, responsável por obras de beleza indescritível, como as que foram desenvolvidas para a Basílica de São Francisco de Assis, em Assis, na Itália, e sua obra-prima, os afrescos da Capela *Scrovegni*, em Pádua, também na Itália.

Três belíssimos afrescos estão entre as mais expressivas representações artísticas sobre a morte na Idade Média: *O Triunfo da Morte* (provavelmente concebido em 1446), de autor desconhecido, e exposto em Palermo, na Itália, e as visões do inferno nas obras de Giovanni da Modena (1410) e Paul Limbourg (1410 – 1411).

A Literatura medieval, não menos esplêndida, apresentou ao mundo autores como Geoffrey Chaucer e *Os Contos de Canterbury*, Giovanni Boccaccio e *O Decamerão*, obras que receberam adaptações cinematográficas de Pier Paolo Pasolini, nos anos setenta, do século XX, a *Suma Teológica*, de Tomás de Aquino, e na transição para o renascimento, a magnífica *A Divina Comédia*, de Dante Alighieri, um dos principais clássicos de todos os tempos. O trovadorismo e as Canções de Gesta, foram outros gêneros literários medievais.

Cabe, enfim, aos propósitos da humanidade dos tempos atuais, uma reflexão sobre o processo de desumanização vigente, provavelmente inexorável, que resulta na aceleração vertiginosa da vida e na banalização de todos os aspectos das relações humanas. Desacelerando, estabeleceria, talvez, um olhar especial para o passado, com o objetivo de evitar a sua provável autodestruição. E certamente, nessa possibilidade improvável de reflexão por parte do homem moderno, o seu antepassado medieval poderia oferecer uma série de lições, como, por exemplo, uma compreensão profunda, filosófica e espiritual sobre os significados da existência e da morte, propostas educacionais complexas que foram uma espécie de divisor de águas em relação a todos os outros processos de transmissão de conhecimentos empreendidos nos séculos seguintes, e uma conexão sublime, entre suas formas de se expressar artisticamente e a perspectiva de aproveitamento de uma vida que é finita.

### 3. DO BRASIL COLONIAL AO FLAGELO NEOLIBERAL

O Brasil. Com quais entendimentos podemos abordá-lo, de acordo com os objetivos deste estudo?

Quanto ao ponto de vista dos fatos históricos, nos aspectos relacionados especificamente à educação, será necessário estabelecer uma retrospectiva mais ampla, na qual encontraremos um determinado momento singular, na penúltima década do século XX, em que o povo obteve democraticamente uma perspectiva real, de se desenvolver plenamente, através do projeto de educação popular do antropólogo Darcy Ribeiro. Mas o projeto foi derrotado quatro anos depois de seu lançamento nas urnas, e um quadro dramático que persiste até o momento presente, prevaleceu.

Também observaremos *en passant* as questões referentes à finitude e à arte, pois a questão crucial no Brasil é mesmo a educacional. Não é difícil verificar que acumulamos um considerável saldo negativo, que se transforma num evidente fracasso, analisando todas as práticas educacionais que foram implementadas no país ao longo de sua História. Exceto, talvez, nos casos de projetos específicos, como o do lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, da implementação da abordagem proposta por Paulo Freire, de alfabetização, nos anos sessenta, e dos Centros Integrados de Educação Pública, o projeto educacional que Darcy Ribeiro tentou desenvolver em todo o país a partir de 1983, tendo o Estado do Rio de Janeiro como base. Todos, a propósito, derrotados por projetos políticos reacionários e autoritários, ou regimes de exceção.

Chegamos ao século XXI com uma sociedade imatura, destroçada por uma precariedade intelectual em todos os âmbitos, fruto de propostas educacionais que estão atualmente entre as mais sofríveis do mundo, uma sociedade manipulada e controlada por organizações políticas criminosas e corruptas, por meios de comunicação de massa que promovem a idiotia, por organizações também criminosas que fingem ser religiosas, por organizações de capital privado, que de forma desonesta, se intrometem e mediorizam a educação pública, pois estão a serviço de interesses políticos escusos, e de organismos financeiros estrangeiros. Finalmente, a constatação de que foi estabelecido, através do golpe institucional de 2016, e legitimado pelo desconhecimento político da classe média do país, um processo perigosíssimo de retorno do fascismo e de destruição das poucas conquistas democráticas ainda existentes. Obviamente, todas

essas circunstâncias estão de acordo com o quadro de falência ética absoluta de todos os poderes da República brasileira, um panorama de corrupção endêmica, em que até mesmo um ex-governador, Sergio Cabral, do Rio de Janeiro, é condenado, preso, e considerado pela justiça o responsável pela maior organização criminosa que já atuou no poder executivo no país, neste caso, de âmbito estadual. Cabral, por sinal, executou no período de seu mandato, entre 1º de janeiro de 2007 e 3 de abril de 2014, medidas péssimas e escusas de caráter neoliberal, na educação pública de nível médio, certamente as piores da história da educação pública no Brasil, bem abaixo da linha da mediocridade, como verificaremos ao longo deste capítulo.

Seria necessária por parte dos brasileiros uma leitura apurada de obras como *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, *A revolução burguesa no Brasil e outros ensaios*, de Florestan Fernandes, e *O Povo Brasileiro*, de Darcy Ribeiro, ou mesmo um entendimento das lições de estudiosos estrangeiros, como o antropólogo Claude Lévi-Strauss, autor de obras como *Tristes Trópicos*, o sociólogo Roger Bastide, com obras como *O Candomblé na Bahia*, e o etnólogo Pierre Verger, com a sua elevada percepção do candomblé, para que compreendessem de forma ampla os inúmeros equívocos e poucos acertos verificados na formação da nação brasileira, possibilitando desta forma, a obtenção dos elementos intelectuais necessários para a reconstrução do país nas próximas décadas do século XXI.

### 3.1 COLÔNIA

Para o professor de História Tito Lívio Ferreira (1966), autor da obra *História da Educação Lusobrasileira*, que analisa os processos educacionais no Brasil até 1800, somente muitos séculos após o descobrimento, em 1500, existiria de fato uma “educação brasileira”. Mas a aplicação do *Ratio Studiorum*, o Plano e Organização de Estudos da Companhia de Jesus, que consistia na formação dos docentes jesuítas, seria a principal base pedagógica da primeira fase da educação no país, dominada pela Ordem religiosa, que fundaria em 1549 a primeira escola no Brasil colonial, basicamente cristã, num período em que chegaram ao nosso território o primeiro governador-geral, Tomé de Sousa, e inúmeros padres jesuítas, entre eles, no ano seguinte, José de Anchieta e



Manuel da Nóbrega, que participaram do processo de pacificação dos tamoios, contribuindo para a derrota dos invasores franceses. Desempenharam papéis fundamentais nas ações jesuíticas empreendidas no Brasil colonial. Anchieta seria conhecido como o *Apóstolo do Brasil*, por introduzir o cristianismo no país. Muitos historiadores afirmam que os colonizadores portugueses vinham ao país apenas com o objetivo de enriquecimento, e retornavam à Portugal, e que somente após a chegada da família real portuguesa, em 1808, os aspectos civilizatórios aqui também chegariam, fato que impactou diretamente no desenvolvimento da educação nos três primeiros séculos. Para Darcy Ribeiro,

o Brasil, como colônia submetida ao mais estrito monopólio cresceu isolado do mundo, apenas convivendo com aquele Portugal pobre e retrógrado que não permitiu a criação de um sistema popular de ensino no Brasil e, menos ainda, de escolas superiores, ao mesmo tempo que a Espanha mantinha cerca de duas dezenas de universidades em suas colônias. Assim, o Brasil emerge para a independência sem nenhuma universidade, com sua população analfabeta e, iletrada também, suas classes dominantes. (RIBEIRO, 1972, pp.114-115)

Os padres jesuítas tiveram inicialmente objetivos de catequese relacionados aos índios, fundaram as Missões, povoados indígenas que seriam catequizados, e mais tarde instituições de ensino, que seriam responsáveis pela formação das elites. Os jovens mais abastados eram encaminhados por seus pais para concluírem os estudos na Universidade de Coimbra, em Portugal.

No que diz respeito à periodização da educação jesuítica, José Antonio Tobias afirma que,

a primeira parte da educação brasileira, a educação cristã, caracterizada pela educação jesuítica, pode subdividir-se em dois períodos: o primeiro, *idealizado e concretizado por Padre Manuel da Nóbrega, com espírito democrático*, universalizador e brasileiro, estendendo-se até cerca de 1580, e o segundo período, *vivificado por uma filosofia da educação, derivada de autoridades jesuíticas da Metrópole e segregadora do índio e do pobre*. (TOBIAS, s.d., p.54)

Os jesuítas seriam expulsos da Colônia, em 1759, pelo Marquês de Pombal, Ministro do Rei de Portugal, D. José I, anticlerical e responsável por reformas educacionais em Portugal e no Brasil. Pombal os acusaria de serem retrógrados, mas sua reforma no Brasil fracassou, sendo considerada aristocrática e destinada à elite,

aumentando ainda mais o analfabetismo. Para muitos historiadores, Pombal esfacelou a educação brasileira, ao dismantelar o sistema da Companhia de Jesus sem apresentar uma alternativa educacional consistente, principalmente no que diz respeito ao ensino superior, que seria o centro de sua reforma.

Pombal fundou respectivamente nos anos de 1755 e 1759, as companhias gerais do comércio do Grão-Pará e do Maranhão, que rivalizariam com a Companhia de Jesus. As do Comércio seriam precursoras do capitalismo, e a de Jesus impedia a popularização do ensino no Brasil.

Na visão do professor Lauro de Oliveira Lima,

Durante os 130 (cento e trinta) anos seguintes (de 1759 a 1889), a educação nacional ficou sem uma “companhia”, órgão público ou associação religiosa encarregada de promovê-la: nenhum órgão público ou religioso tinha, nesse período, como objetivo promover a educação geral da população, por sinal, predominantemente, escrava. (LIMA, s.d., p.27)

Em 1800, três séculos após o seu descobrimento, o Brasil era um fracasso em termos educacionais, sem fundar uma única Universidade, ao contrário de vizinhos da América Espanhola, que contavam com Universidades em São Domingo, Lima, México, Santa Fé de Bogotá, Quito e Sucre.

No que diz respeito à forma como os habitantes do Brasil Colonial se relacionavam com a questão da finitude, existem, entre outros, relatos envolvendo as características de velórios e cortejos, e “manuais” para encontrar a morte de forma satisfatória, segundo a Igreja Católica.

Para a historiadora Viviane Galvão, em seu texto *A Morte no Brasil Colônia*,

O imaginário da sociedade colonial no Brasil, em sua essência católica, era povoado por imagens referentes à morte. Nos velórios coloniais predominavam inúmeras crenças populares. Os cortejos fúnebres contavam com a presença dos membros das irmandades leigas, parentes, amigos, curiosos, músicos e padres. O transporte dos mortos era realizado em esquifes (tumbas) ou caixões. Os sepultamentos eram realizados no interior das igrejas. Nem todas as pessoas podiam se beneficiar dos ritos funerários, Judeus, hereges, apóstatas, ladrões, etc. As pessoas muito pobres e os escravos, quando não contavam com a caridade das irmandades leigas, tinham seus corpos abandonados nos matagais e nos rios. Com frequência os despojos dos condenados eram expostos, sendo depois resgatados pela Santa Casa na procissão dos ossos. (GALVÃO, 1998)

A também historiadora Márcia Pinna Raspanti (2015), em seu texto *A “Boa Morte” nos tempos coloniais*, se refere aos “manuais” de “bem morrer”, nos séculos XVII e XVIII, em que a Igreja Católica tranquilizava os fiéis no Brasil, no sentido de que caso medidas inspiradas nas leituras desses textos fossem tomadas, a salvação estaria garantida. Um desses “manuais” seria *As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, de 1707.

A arte indígena no Brasil colonial, foi desconsiderada pelos colonizadores portugueses. Se caracterizava principalmente pela ornamentação corporal, pela cerâmica e a cestaria. A pintura brasileira no período, teria influência do Barroco europeu, sem maiores aspectos eruditos, e com influências da educação jesuítica.

Somente com a chegada de artistas estrangeiros, no século XVII, como Frans Post e Albert Eckhout, sob o mecenato de Maurício de Nassau, alcançaria um outro patamar. O esplendor do Barroco no Brasil teria o seu auge no século XVIII, através de artistas como Manuel da Costa Ataíde, Mestre Valentim, Joaquim José da Rocha, Caetano da Costa, Jesuíno do Monte Carmelo, e o nome mais reconhecido de todos, Antônio Francisco Lisboa, o *Aleijadinho*, escultor e arquiteto que nasceu em Vila Rica, atual Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, autor de obras fundamentais da arte no Brasil, como as esculturas de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo. O principal compositor brasileiro no período foi José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita, com notável influência da música barroca na Europa. Os grandes escritores brasileiros foram Frei Vicente, Padre Antônio Vieira, Basílio da Gama, Gregório de Matos, Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto e Manuel Inácio da Silva Alvarenga.

### 3.2 IMPÉRIO

Em 1808 a família real portuguesa chega ao Brasil após três séculos de exploração por parte da Metrópole. D. João VI, apenas com objetivos profissionalizantes, criou as primeiras escolas superiores. Ainda criaria em 1808, no dia 18 de fevereiro, a Escola de Cirurgia no Hospital Real da cidade, em 5 de maio a Academia Real da Marinha, e dois anos depois, em 4 de dezembro de 1810, a primeira escola superior do Brasil, a Academia Real Militar. Porém, a primeira Universidade do Brasil seria organizada apenas em 1912, no Paraná.

Com um atraso educacional considerável, em função da falta do projeto de criação de uma Universidade brasileira, as escolas normais eram o limite em termos de conclusão dos estudos.

Após a independência do Brasil, em 1822, na Assembleia Constituinte e Legislativa de 1823, José Feliciano Fernandes Pinheiro apresentaria uma indicação no dia 14 de junho, com o objetivo de que fosse criada a primeira Universidade no Brasil. Outro projeto apresentado foi o Tratado de Educação para a Mocidade Brasileira. Em 1826 seria desenvolvido o projeto de criação de escolas primárias, por Januário da Cunha Barbosa, transformado em decreto, no dia 15 de outubro de 1827. O Imperador Pedro I criaria no mesmo ano escolas em vilarejos, que se caracterizariam por uma absoluta ineficácia. E logo depois seriam estabelecidas as Escolas de Primeiras Letras, que eram públicas.

Já no período regencial, entre 1831 e 1840, foram fundadas as Escolas Normais. Um ato adicionado à Constituição, estabeleceria que o Governo Imperial apenas se responsabilizaria pelo ensino superior. Entre os anos de 1837 e 1838 seria criado o Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro. Em 1854 foi decretada a reforma de ensino de Luiz Pedreira Couto Ferraz, instituindo escolas primárias de primeiro e segundo graus. O Liceu de Belas Artes seria fundado no Rio de Janeiro, em 1856, e em São Paulo, em 1874, já no Segundo Reinado. Em 1870, outro projeto relevante, de autoria de José Paulino Soares dos Santos, foi apresentado, afirmando a importância do ensino médio, sendo complementado em 1871, pela proposta de João Alfredo, que se referia à obrigatoriedade do mesmo. Com base também profissionalizante, ignorando a necessidade da criação de uma Universidade no Brasil, em 19 de abril de 1879, sob o Decreto nº 7247, foi implementada a reforma do Ministro Carlos Leôncio de Carvalho.

No estudo de Lauro de Oliveira Lima, *Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho*, é possível verificar que no ano de 1872 o Brasil apresentava uma população de 10.112.661 habitantes, com um índice de 8.365.997 analfabetos (83%). Nos anos de 1882 e 1883, Rui Barbosa, o grande jurista e orador brasileiro, apresentaria dois Pareceres que poderiam revolucionar a educação no país, precária em termos populares. São belos textos, relacionados à Reforma da Instrução Primária, e também ao ensino secundário e superior, que se fossem colocados em prática, poderiam ter aproximado o Brasil das nações mais evoluídas do século XIX, em termos de pedagogia

moderna. Barbosa era claramente influenciado pelas diretrizes de grandes nomes da educação na Europa, como Comenius, Rousseau e Pestalozzi.

A educação ao longo do Império foi elitista, conservadora e aristocrática. Não era universal e popular, e excluiu pobres, indígenas, negros e mestiços, contribuindo para resultados catastróficos no que diz respeito ao analfabetismo no país.

Um fato específico relacionado à finitude, o da morte através de execuções, teve um desdobramento histórico no período imperial do Brasil, mas é necessário apresentarmos, antes de citá-lo, algumas considerações a respeito dessa face sombria do finamento.

A pena de morte sempre foi praticada pela humanidade. O mais conhecido registro legal é o Código de Hamurabi, criado pelo rei Hamurabi, da Babilônia, séculos antes de Cristo. A prática foi repetida por diversas civilizações e incluía, por exemplo, apedrejamentos. Os condenados por heresia, na Idade Média, eram colocados em fogueiras, conforme o que foi estabelecido pelos Concílios de Latrão, em 1215, e Toulouse, em 1229. As execuções na Revolução Francesa ocorriam através de decapitações com a utilização de guilhotinas. Os assassinatos em massa, praticados por nazistas na segunda guerra mundial, apresentaram ao mundo a câmara de gás. E a crueldade humana, evidenciada pela chamada pena capital, resulta até os dias de hoje em práticas como enforcamento, eletrocussão, injeção letal e fuzilamento.

No Brasil Colonial já existiam as penas de morte e de degredo. Mas foi no Império, em 28 de abril de 1876, que ocorreu a última execução em solo brasileiro.

O episódio mais emblemático e pitoresco relacionado à questão da morte no Brasil Imperial, foi objeto de estudo de João José Reis, e aconteceu na Bahia. O autor assim o narrou:

O episódio, que ficou conhecido como Cemiterada, ocorreu em 25 de outubro de 1836. No dia seguinte entraria em vigor uma lei proibindo o tradicional costume de enterros nas igrejas e concedendo a uma companhia privada o monopólio dos enterros em Salvador por trinta anos. A Cemiterada começou com uma manifestação de protesto convocada pelas irmandades e ordens terceiras de Salvador, organizações católicas leigas que, entre outras funções, cuidavam dos funerais de seus membros. Naquele dia, a cidade acordou com o barulho dos sinos de muitas igrejas. Os mesmos sinos usados na convocação para missas, procissões, festas religiosas e funerais eram agora dobrados para chamar ao protesto coletivo. (REIS, 1991, p.13)

Ariès (1977, p.91) considera que o homem do século XIX começou a manifestar claramente o medo da morte justamente naquele século, o que não seria diferente no Brasil. Segundo o seu estudo, “Os mortos tornaram-se belos na vulgata social quando começaram a realmente ser motivo de medo, um medo tão profundo que não se exprimia senão por interditos, ou seja, silêncios. A partir de então, não haverá mais representações da morte.”

As manifestações artísticas foram ricas no Brasil do Império. Com a criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, em 1816, por D. João VI, houve um incremento considerável das artes em geral. Com a Missão Artística Francesa chegaram ao país nomes como Jean-Baptiste Debret, que ganhou notoriedade com a sua *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, e Nicolas-Antoine Taunay. Outros grandes pintores se notabilizaram no período, Manuel de Araújo Porto Alegre, Victor Meirelles, autor do célebre quadro *A primeira Missa no Brasil*, Pedro Américo, autor de outra obra fundamental na pintura brasileira, *O Grito do Ipiranga*, Rodolfo Amoedo, com *O Último Tamoio*, Almeida Junior, com *Picando fumo*, Eliseu Visconti, com *Gioventu*, e outros artistas estrangeiros, como o português naturalizado brasileiro, José Maria de Medeiros, o alemão Johann Moritz Rugendas, o inglês Charles Landseer, e o austríaco Thomas Ender, responsável por belíssimas aquarelas. Na música surgiram nomes como Leopoldo Miguez, Antonio Carlos Gomes, operista que obteve sucesso com *O Guarani*, Francisco Manuel da Silva, autor do Hino Nacional Brasileiro, com letra elaborada por Joaquim Osório Duque Estrada, e Chiquinha Gonzaga, autora das primeiras marchas carnavalescas. Surgiria também o Choro, do pianista Ernesto Nazareth. O compositor erudito brasileiro mais notório no Império foi o padre José Maurício Nunes Garcia. A fotografia chegaria ao país por intermédio do Imperador Pedro II, e teria como expoentes máximos os fotógrafos Marc Ferrez e Augusto Malta, que obtiveram registros marcantes da Cidade do Rio de Janeiro. A literatura brasileira também apresentou grandes nomes no período, como Casimiro de Abreu, José de Alencar, Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Cruz e Sousa, Olavo Bilac, Castro Alves, com seu poema *O Navio Negreiro*, e aquele que é considerado até os dias de hoje o maior escritor brasileiro de todos os tempos, Machado de Assis, que também influenciaria a literatura do país no século seguinte.

### 3.3 REPÚBLICA

A educação no Brasil do início da República, proclamada pelo Marechal Deodoro da Fonseca, em 15 de novembro de 1889, seria extremamente influenciada pelo Positivismo, uma espécie de nova religião, fundada pelo filósofo francês Auguste Comte, que afirmava que as ciências teriam que estudar os fenômenos. E se resumiriam a seis: Astronomia, Física, Química, Biologia, Física e Sociologia, a principal delas, criada por Comte. A nova religião não teria o Deus dos cristãos, mas semelhanças como sacerdotes, altares, liturgia, sacramentos, etc. O Rio de Janeiro seria a matriz do Positivismo no Brasil.

Sob a perspectiva do materialismo, ocorreria a negação da metafísica por parte dos preceitos de Comte, e o cientificismo seria uma nova tendência. Muitos críticos alegam que as propostas de Comte valorizavam excessivamente o estudo da matemática, substituindo a filosofia. Sob essa perspectiva, ocorreria a mudança do currículo no Colégio Pedro II, que passaria a se chamar Ginásio Nacional. Mas apesar da predominância do cientificismo e do positivismo, seria fundada no dia 15 de julho de 1908, a Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo.

O grande ideólogo da República, Benjamin Constant, Ministro da Instrução, Correios e Telégrafos, entre os anos de 1890 e 1892, e principal representante dos ideais do Positivismo no Brasil, foi o responsável pela reforma do ensino secundário. Constant também reformaria o ensino superior, e o currículo, que sob a influência da doutrina de Comte, passaria por novas mudanças através da Lei Orgânica do Ensino e a Reforma Educacional de 1911, que favoreceria apenas a classe média. A educação do início do século XX no Brasil, privilegiaria a burguesia. O “Código dos Institutos Oficiais do Ensino Superior e Secundário”, de Eptácio Pessoa, em 1901, e a “Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República, promulgada por Rivadavia Correia, em 1911, são exemplos de favorecimentos na educação para a classe burguesa, em ascensão no país.

Em 1915, seria implementada a Lei de Carlos Maximiliano, que buscava a diversidade em detrimento da uniformidade, nos sistemas de educação. A última reforma antes da Revolução de 1930, seria a de Rocha Vaz, considerada reacionária, integrando, por exemplo, a Instrução Moral e Cívica aos currículos das escolas primárias e secundárias.

A sociedade passava a ter um aspecto urbano-industrial, e novos caminhos seriam estabelecidos para a educação no país. A maior reforma educacional do Brasil até então, ocorreria em 11 de abril de 1931. Foi a chamada Reforma Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde Pública. Campos instalaria o regime seriado e retomaria a tendência cientificista. Vários decretos estabeleceriam as diretrizes. O de número 19.850, criava o Conselho Nacional de Educação, o de número 19.851, se referia à organização do ensino superior, o de número 19.852, à organização da Universidade do Rio de Janeiro. Todos estabelecidos no dia 11 de abril de 1931. O de número 19.890, com data de 18 de abril de 1931, organizava o ensino secundário, o de número 20.158, com data de 30 de junho de 1931, organizava o ensino comercial e regulamentava a profissão de contador, e, finalmente, o de número 21.241, de 14 de abril de 1932, consolidava as disposições sobre a organização do Ensino Secundário.

Um dos principais marcos da História da Educação no Brasil. O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, foi publicado em 1932. Era uma verdadeira revolução educacional proposta por Fernando de Azevedo, primeiro diretor do Instituto de Educação, e outros grandes educadores brasileiros. As primeiras vinte e duas páginas foram redigidas exclusivamente por Azevedo, que apontou todos os graves problemas educacionais do país. As demais seriam redigidas por vinte e seis grandes educadores, incluindo o próprio Azevedo, e nomes como Afrânio Peixoto, Julio de Mesquita Filho, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho e Cecília Meirelles, que procuravam expor todos os ideais da pedagogia da Escola Nova.

Segundo Otaíza de Oliveira Romanelli,

o Manifesto afirma que a finalidade da educação se define com a filosofia de cada época. Preconiza, portanto, a mudança de métodos tradicionais fundamentando seu parecer sobre as descobertas da psicologia. Foi analisando a educação, do ponto de vista filosófico, sociológico e psicológico, que o Manifesto fundamentou as reivindicações de mudança, que suscitou em prol da educação escolar brasileira. O Manifesto sugere em que deva consistir a ação do Estado, reivindicando a laicidade do ensino público, a gratuidade, a obrigatoriedade e a co-educação. (ROMANELLI, 2001, pp.146-147)

Priorizando o ensino médio, no dia 9 de abril de 1942, ocorreria a reforma do Ministro da Educação de Vargas, Gustavo Capanema, que prevaleceria até 1962.



A Constituição Federal de 18 de setembro de 1946, estabeleceria os parâmetros para a futura Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O Art. 5º se referia à “diretrizes e bases da educação nacional.”

Em 1948, na gestão do então Ministro da Educação Clemente Mariani, e sob a responsabilidade de educadores como Fernando de Azevedo, Almeida Júnior e Alceu Amoroso Lima, entre outros, foi apresentado na Câmara Federal, um anteprojeto, que proporcionava continuidade ao dispositivo da Constituição de 1946, com o objetivo de estabelecer os fundamentos da educação brasileira. A comissão que teve o papel de analisar a proposta e elaboração desse documento foi presidida pelo educador Lourenço Filho.

Em 1959, Fernando de Azevedo lançaria o *Manifesto dos Educadores*, endossando a importância do ensino público no país. E no dia 20 de dezembro de 1961 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 4.024), que praticamente ignorava a educação pública, sofrendo influências conservadoras, como, por exemplo, as do então deputado Carlos Lacerda.

Analizando todos os fatos históricos relacionados aos sistemas educacionais no Brasil republicano até o lançamento da primeira Lei de Diretrizes e Bases, em 1961, é possível constatar que, exceto por iniciativas como as dos educadores que elaboraram o *Manifesto dos Pioneiros*, liderados por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, em termos gerais, as camadas populares, os trabalhadores, os índios e os negros, continuaram não tendo acesso a uma educação democrática e transformadora. A educação brasileira claudicava entre o conservadorismo e a exclusão.

Anísio Teixeira foi um educador visionário. Assumiu em 1932 o cargo de diretor de Instrução Pública do Distrito Federal, transformou a Escola Normal em Instituto de Educação, criou a Universidade do Distrito Federal (UDF), lutou pela democratização do ensino e pela educação pública no Brasil. O seu ideal de educação integral era revolucionário, e através da criação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, no ano de 1950, em Salvador, influenciou diretamente Darcy Ribeiro na elaboração do projeto dos CIEPs, no início dos anos oitenta.

Seria instalado em 1962 o Conselho Federal de Educação, que aprovaria o Plano Nacional de Educação. Nesse mesmo ano Darcy Ribeiro assumiria o Ministério da Educação do governo João Goulart.

Surgiria então no cenário a figura de Paulo Freire, e suas propostas de alfabetização e educação popular, e diversos movimentos emancipatórios, como o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB), e o Centro Popular de Cultura, da União Nacional dos Estudantes (UNE), contribuindo, no caminho oposto ao da LDBEN de 1961, para os ideais de educação libertária.

Freire contribuiu para as expressões artísticas no país, através de suas Classes experimentais com Arte, entre 1958 e 1963.

Autor de obras importantes para a educação, se notabilizou por seus projetos de alfabetização. É profundamente significativa a sua compreensão em relação às questões existenciais. Em *Educação e Mudança*, obra menos conhecida, Freire afirma que,

O homem está no mundo e com o mundo. Se apenas estivesse no mundo não haveria transcendência nem se objetivaria a si mesmo. Mas como pode objetivar-se, pode também distinguir entre um eu e um não-eu. Isto o torna um ser capaz de relacionar-se; de sair de si; de projetar-se nos outros; de transcender. Pode distinguir órbitas existenciais distintas de si mesmo. (FREIRE, 1979, p.30)

Freire também se referiu às questões da transcendência e da finitude, em sua obra *Educação como prática e liberdade*:

Ademais, é o homem, e somente ele, capaz de transcender. A sua transcendência está também, para nós, na raiz de sua finitude. Na consciência que tem desta finitude. Do ser inacabado que é e cuja plenitude se acha na ligação com seu Criador. Ligação que, pela própria essência, jamais será de dominação ou de domesticação, mas sempre de libertação. Daí que a Religião – *religare* – que encarna este sentido transcendental das relações do homem, jamais deva ser um instrumento de sua alienação. Exatamente porque, ser finito e indigente, tem o homem na transcendência, pelo amor, o seu retorno à sua Fonte. (FREIRE, 1989, p.40)

Freire conseguia unir magistralmente marxismo e cristianismo em suas concepções, o que para muitos é uma relação inconciliável.

A proposta de alfabetização de Paulo Freire surgiu no Centro de Cultura Dona Olegarinha, do Movimento de Cultura Popular (MCP), em Recife. Segundo Moacyr de Góes e Luiz Antônio Cunha (1985, p.21), “no clima das Reformas de Base do Governo de Jango, o Sistema Paulo Freire foi um verdadeiro achado. Através dele seria possível

– era a previsão – acrescentar cinco milhões de eleitores ao corpo eleitoral em 1965 (?) e assim desequilibrar o poder da oligarquia em favor do movimento popular.”

Mas em 31 de março de 1964 o golpe militar destruiria o plano do governo trabalhista de João Goulart de lançar o Sistema Freire em todo o território nacional. Era o triunfo da classe burguesa, que legitimou o golpe em nome da preservação dos seus interesses conservadores e do capitalismo. Góes e Cunha (1985, p.34) se referem ao fato de que “os movimentos de educação e cultura popular foram destruídos e os seus educadores e aliados cassados, presos e exilados.”

Várias ações de repressão política, sob acusações completamente fantasiosas e infundadas de que o Brasil pretendia ter um governo comunista foram colocadas em prática: a demissão sumária de Anísio Teixeira, que perdeu o seu cargo na Universidade de Brasília, a destruição do Plano Nacional de Alfabetização, a contenção do Movimento de Educação de Base, a repressão ao Movimento Estudantil, a valorização do ensino particular em detrimento do público, incluindo elementos de privatização, a expulsão de professores e alunos universitários que não aceitavam os ditames do regime totalitário. Mas esses mecanismos não eram suficientes. A tortura, a morte cruel e o desaparecimento de presos políticos foram ações amplamente utilizadas, inclusive contra estudantes e professores.

Em 1967 seria criado o famigerado Movimento Brasileiro de Alfabetização, nas palavras de Cunha e Góes (1985, p.58), “sua inspiração provinha das numerosas campanhas e cruzadas que se promoveram para livrar o país da “sujeira” do analfabetismo, como se a *falta* do conhecimento da leitura e da escrita fosse a *causa* dos males do nosso povo: a pobreza, a doença e até mesmo a opressão política.”

O espúrio decreto-lei 477, de fevereiro de 1969, puniria com repressão política e ideológica todas as ações que pudessem ser empreendidas por parte de professores e alunos das universidades contra as práticas dos golpistas. O Parecer CFE nº 252/69 reduziu o Curso de Pedagogia a aspectos meramente burocráticos. Também no ano de 1969, o Decreto-Lei 869, impunha a Educação Moral e Cívica, com influências da Opus-Dei, prelazia ultraconservadora da Igreja Católica, e a organização de extrema-direita, Tradição, Família e Propriedade (TFP).

Os ditadores implementaram no país o ensino profissionalizante e tecnicista, com controle ideológico e o objetivo de formação de tecnocratas para as suas estatais,

exemplo disso é a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 5.692, de 1971. O seu maior objetivo era a qualificação para o mercado de trabalho, excluindo por completo elementos que permitissem ao cidadão o desenvolvimento do pensamento crítico. A partir da LDB de 1971, o país experimentaria o maior período de ausência de projetos educacionais em sua história, com a exceção do revolucionário projeto de Darcy Ribeiro, que também não sobreviveria ao ataque do neoliberalismo à educação, e tampouco seria restituído pela LDB de 1996.

Por um longo período, Darcy Ribeiro, antropólogo e etnólogo, realizou os seus estudos sobre os índios brasileiros acompanhando diretamente os Terena, os Guarani, os Kadiwéu, e os Urubu-Kaapor, contribuindo para a criação do Parque Indígena do Xingu, e do Museu do Índio, em 1953, e instalando, em 1955, o primeiro curso de pós-graduação em Antropologia Cultural do país. Após essas experiências, entre os anos quarenta e cinquenta, Darcy se aproximaria de Anísio Teixeira e da educação. No dia 29 de abril de 1995, já numa fase avançada de seu câncer, concederia uma longa entrevista a Luís Donisete Benzi Grupioni e Maria Denise Fajardo Grupioni, viabilizada com o apoio financeiro do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP.

E, justamente, se referindo a Teixeira, de forma descontraída em alguns momentos (“nós tínhamos muita antipatia um pelo outro”, “Anísio sempre dizia que eu era uma pessoa meio louca, que sendo uma pessoa muito competente como é que eu me dedicava a 0,002% da população brasileira (os índios), no lugar de me dedicar a toda a população brasileira”), Darcy falou sobre a experiência de trabalharem juntos, no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, e a sua consequente transição para a área educacional, assim relatada:

Aproximando-me da educação, com Anísio, eu passei a me interessar por educação primária, a fazer um programa de pesquisas, o maior que o Brasil teve, um programa de trinta e tantas pesquisas antropológicas e sociológicas, em que eu tentava entender culturalmente e socialmente o Brasil, para termos um discurso melhor sobre a educação no Brasil. Para saber como educar, como fazer o Brasil entrar na civilização letrada. Então foi um programa de pesquisa muito ambicioso em que eu chamei os principais cientistas sociais brasileiros para cooperar neste programa, estudando temas diferentes. Eram estudos tanto do Brasil provinciano, quanto do Brasil urbano. (GRUPIONI, 1997)

Darcy e Anísio seriam responsáveis pela concepção da Universidade de Brasília (UNB), criada em 15 de dezembro de 1961, no governo de João Goulart, através da Lei 3.998. A UNB teria Darcy como o seu primeiro Reitor, e seria construída com base no projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer, que décadas depois o acompanharia na elaboração do projeto dos Centros Integrados de Ensino Público (CIEPs).

Darcy foi empossado como ministro da Educação de Goulart, cargo que ocupou entre 18 de setembro de 1962 e 24 de janeiro 1963, e chefe da Casa Civil, entre 18 de junho de 1963 e 31 de março de 1964, quando então ocorreu o golpe militar.

Retornando ao Brasil com a abertura política, em 1979, fundaria com Leonel Brizola o Partido Democrático Trabalhista (PDT), pelo qual foi eleito vice-governador do Rio de Janeiro em 1982, na chapa com Brizola. Desenvolveu e implementou, a partir de 1983, o revolucionário projeto dos CIEPs. Para Darcy (1986, p.15), o fracasso educacional no Brasil não estava relacionado à falta de escolas ou de práticas pedagógicas, mas pelo fato de que “somos uma sociedade enferma de desigualdade, enferma de descaso por sua população. Assim é, porque aos olhos das nossas classes dominantes, antigas e modernas, o povo é o que há de mais reles.”

Também relacionava o baixo rendimento ao tempo de atendimento das crianças nos estabelecimentos educacionais, e o caráter elitista das escolas, fruto de uma sociedade deformada. Darcy analisava as desigualdades sociais, o fato de que os trabalhadores não passavam de força de trabalho, fruto do escravismo histórico do país.

Foi então implantada a Fábrica de Escolas, que viabilizou a construção dos CIEPs, conhecidos como *Brizolões*, com salas de aula e estudo dirigido, cozinha, refeitório, um centro de assistência médica e dentária, ginásio e biblioteca. Até 1986, ano em que já estava em andamento um projeto para a introdução de microcomputadores, as unidades atendiam 1.000 crianças de 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> série ou de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> série, de 8 da manhã às 17 horas, que ali poderiam receber, além das aulas, recreação, atividades de ginástica, quatro refeições e um banho diário. À noite, o *Brizolão* atendia 400 jovens de 14 a 20 anos, analfabetos ou insuficientemente instruídos. Cada *Brizolão* abrigava 12 meninos e 12 meninas escolhidos entre crianças abandonadas e que estivessem sob a ameaça de cair na delinquência.

O projeto privilegiava alunos provenientes de segmentos sociais de baixa renda, o que desagradou as elites. A proposta pedagógica dos CIEPs tinha a perspectiva de transformar as vidas de alunos pobres, inclusive também contribuindo para a resolução do problema da desnutrição. Era uma proposta interdisciplinar, inclusiva, e democrática. O material didático apresentava características experimentais, sendo sensível ao fato de que as crianças pobres fracassavam no início dos seus estudos por não serem devidamente atendidas e estimuladas. O material educacional elaborado para as classes de alfabetização, também se caracterizava pelo arrojo e a inovação.

Algumas iniciativas desenvolvidas nos CIEPs são inigualáveis: O Programa de Educação Juvenil incluía o ensino de Cidadania, e posteriormente, de Realidade Social e Cidadania, despertando no alunado a consciência crítica. Animadores culturais das próprias comunidades próximas aos CIEPs estimulavam, em projetos realizados pelos Centros, a arte popular, através de atividades com repentistas, Folia de Reis, banda de música, sambistas, literatura de cordel, exposições de pintura, desenho ou fotografia, montagem de espetáculos teatrais, confecção de vídeos, oficinas de arte, e promoção de festas comunitárias.

Darcy Ribeiro afirmava que:

Há muitas explicações para esse fracasso brasileiro. A raiz desse fracasso está, de fato, é numa perversão da nossa sociedade, enferma de desigualdade. Perversão provavelmente oriunda do fato de que fomos o último país do mundo a acabar com a escravidão. Uma classe dominante feita de descendentes de senhores de escravos – afeitos a gastar gente como se fosse um carvão humano, com total descaso pelos que trabalhavam para eles – tende a continuar olhando o povo com o mesmo desprezo. A única solução possível para esse gravíssimo problema social e nacional é melhorar a qualidade das escolas que temos; é ajudar o professorando a realizar com mais eficácia a sua tarefa educativa; é socorrer as crianças para que frequentem as escolas, mas lá aprendam; é, ainda, chamar de volta às aulas os jovens insuficientemente instruídos para lhes dar, pelo menos, um domínio da leitura, da escrita e do cálculo que os salve da marginalidade. (RIBEIRO, 1986, p.52)

Se o projeto de Darcy não fosse mutilado pelo governo seguinte, de Moreira Franco, grave prejuízo que não foi contornado, mesmo com o retorno de Leonel Brizola ao poder estadual, em 1991, algumas gerações poderiam ter obtido a possibilidade de construir uma nova sociedade. O que verificamos, a partir da última chance que tivemos de implementar um projeto revolucionário de educação popular, derrotado por uma série

de interesses escusos, é o fato de que, no tempo presente, a desintegração social é total, as injustiças sociais históricas, a corrupção e a incompetência dos governantes alcançaram níveis inimagináveis, e ocorre uma convulsão social jamais presenciada, em que a sociedade está desnorteada ideologicamente, com as desigualdades chegando ao ponto máximo, gerando pobreza, desemprego em massa, falta de moradia e violência, o crime organizado se fortalecendo de tal forma que as instituições públicas não conseguem combatê-lo, mazelas como homofobia, racismo e apologia à tortura sendo ampliadas, e o Estado, arruinado e corrompido, em função das práticas criminosas de seus governantes.

No dia 20 de dezembro de 1996 seria sancionada a Lei de Diretrizes e Bases atual, sob o número 9394/96. Seu relator foi Darcy Ribeiro, na época Senador. É considerada por muitos dúbia, pois ao mesmo tempo se refere a fatores como a gestão democrática do ensino público, e a autonomia pedagógica, e em diversos outros aspectos está alinhada à agenda neoliberal. É perceptível, que apesar dos esforços políticos de Darcy, acusado injustamente por alguns críticos de adotar os preceitos neoliberais, a LDB, privilegia a educação que prioriza o mercado de trabalho, os cursos técnicos e a privatização do ensino público. E certamente foi influenciada pelas interferências do Banco Mundial na educação brasileira, notáveis no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, quando foi discutida e elaborada.

Para analisarmos o quadro atual da educação brasileira, influenciada pela doutrina neoliberal, é necessário inicialmente compreender os antecedentes históricos à essa influência. Fruto das lutas de classe da burguesia contra a aristocracia, o liberalismo tinha como valores máximos o individualismo, a liberdade, a propriedade, a igualdade e a democracia. Para Luiz Antonio Cunha, na corrente liberal a

educação escolar não terá como objetivo a eliminação das diferenças entre os homens, mas a construção de uma sociedade onde todas as posições da estrutura ocupacional, mesmo as mais elevadas, estão disponíveis para os indivíduos de quaisquer origens, desde que adequadamente dotados e suficientemente motivados para competir por elas. (CUNHA, 1980, p.21)

Na doutrina liberal, apenas os mais talentosos poderiam ser recompensados. As classes de origem dos indivíduos seriam ignoradas. Segundo Cunha, (1980, p.35) “a ascensão ou descensão social do indivíduo estará condicionada à sua educação, ao seu

nível de instrução, e não mais ao nascimento. Isso porque o talento está no indivíduo, independente de seu *status* ou condição material.”

Cunha (1980, p.44) também considera que alguns teóricos liberais, como Condorcet, Lepelletier e Horace Mann, “viam a educação como um direito a ser garantido pelo Estado a todos, sem distinção de fortuna e justamente para diminuí-la.”

O cientista político Harold Laski, para se referir ao pensamento do filósofo inglês do século XVII, John Locke, um dos ideólogos do liberalismo que influenciou diretamente os principais defensores do neoliberalismo, Friedrich August Von Hayek e Milton Friedman, afirmou que,

Para Locke, o mundo já está dividido, no que diz respeito à educação, nas duas classes fundamentais de ricos e pobres. Para os primeiros, a finalidade da instrução é dotá-los da capacidade de governar, quer os negócios do Estado, quer a administração de seus negócios particulares; para os segundos, uma virtuosa e útil obediência é a finalidade da existência. Dificilmente poderia haver uma expressão mais clara do que a ascensão da burguesia acabou por implicar. (LASKI, 1973, p.66)

Um exemplo de antagonismo ao liberalismo pode ser verificado no pensamento do filósofo norte-americano John Dewey. Independente das questões vocacionais, Dewey, que influenciou diretamente Anísio Teixeira, se referia ao desenvolvimento intelectual, e ao desenvolvimento dos valores culturais nos indivíduos.

As teses de Hayek começaram a repercutir entre os economistas na década de setenta, a partir de uma das crises do capitalismo. O neoliberalismo, que tem como principal base ideológica a concepção de Estado mínimo, orientaria na década seguinte os governos de Margareth Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos da América.

É caracterizado pelas privatizações, pela falta de investimentos em políticas sociais, pela exploração dos trabalhadores, por cortes em projetos sociais, pela submissão dos países em desenvolvimento aos mercados globais, gerando o aumento considerável do desemprego, das desigualdades sociais e da miséria. Atingiu o seu ápice no Brasil, nos governos de Fernando Henrique Cardoso.

O sistema educacional público, sob a doutrina neoliberal, tornou-se empresarial, priorizando apenas o ensino com objetivos profissionalizantes. E, regulado



por exigências de acordos, por exemplo, com instituições financeiras internacionais. A que mais intervém na educação pública brasileira até os dias de hoje, certamente é o Banco Mundial.

Um exemplo de gravíssima intervenção, foi a imposta pela gestão neoliberal e comprovadamente corrupta de Sergio Cabral, eleito duas vezes para ocupar o cargo de governador do Estado do Rio de Janeiro, que instituiu a prática das parcerias público-privadas.

No âmbito da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC), verificaremos as intervenções de uma organização que afirma, em seu sítio, não ter fins lucrativos, o chamado Instituto Ayrton Senna, atuante no Terceiro Setor desde 1994, que estabeleceu parceria com os governos de Cabral, entre os anos de 2007 e 2014.

A organização Senna interferiu diretamente nas metodologias de ensino da rede pública, desenvolvendo projetos pedagógicos medíocres, com a utilização de materiais didáticos insipientes e descartáveis. Os docentes foram submetidos a treinamentos que objetivaram a implementação dos objetivos da organização, perdendo assim, a autonomia pedagógica fundamental para o exercício do magistério. O que se trata também de uma intervenção inadmissível e autoritária, uma forma de subjugo e desqualificação imposta aos educadores.

Os métodos pedagógicos da organização Senna priorizam uma educação superficial, que tem como única meta a qualificação profissional e a inserção do alunado no mercado de trabalho, ignorando uma formação completa e emancipatória, pois a escola passa a ser um espaço somente de preparação técnica para o exercício futuro de uma profissão.

São métodos que jamais proporcionarão aos alunos o desenvolvimento do pensamento crítico e o incentivo ao enriquecimento cultural, pois é necessário despolitizá-los, contribuindo assim, para as desigualdades sociais.

Somente propostas educacionais humanísticas, libertárias e populares, jamais aceitas pelas elites do país, poderão viabilizar a transformação plena da vida dos jovens, aspectos que a organização Senna nunca colocará, por exemplo, em seus projetos artificiais de estímulo à leitura.

Os vínculos da presidente da organização, Viviane Senna, demonstram claramente que os seus objetivos de intromissão neoliberal na educação pública estão relacionados aos interesses político-econômicos do grande capital. Viviane é, por exemplo, membro dos Conselhos Consultivos da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAM), do Conselho de Administração do Banco Santander, dos Conselhos de Educação da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

No dia 21 de novembro de 2012, Sergio Cabral, através do Decreto nº 43.942, concedeu redução da base de cálculo do ICMS, e um tratamento tributário diferenciado ao Grupo econômico P&G Brasil, que pelo texto do Art. 9º, ficou “obrigado a realizar transferências mensais, em efetivo, em benefício de organização sem fins lucrativos, própria ou de terceiros, equivalentes a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), calculados sobre o valor das saídas interestaduais tributadas realizadas em cada período de apuração.”

A organização sem fins lucrativos escolhida foi a Ayrton Senna, que celebrou contrato com o Grupo P&G e com o Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, representada pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – CODIN.

O convênio, que movimentou milhões de reais, foi estabelecido com uma organização que afirma em seu material institucional, disponibilizar às administrações públicas serviços de gestão do processo educacional, formação de gestores e educadores, desenvolvimento de soluções pedagógicas e tecnológicas, de forma gratuita.

Pelo menos até o ano de 2017, o convênio teve a sua vigência prorrogada através de cinco termos aditivos. No último, assinado em 23 de fevereiro de 2017 e publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 14 de março de 2017, constava a informação de que a Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico o intermediava junto ao Governo do Estado, substituindo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços.

A única preocupação dos tecnocratas e gestores neoliberais na educação pública é a gerencial, com o intuito de privatizá-la, transformando as escolas em

empresas, e estabelecendo somente objetivos meritocráticos, programas de produtividade e qualidade e o cumprimento de metas por parte dos docentes, no intuito de forjar resultados artificiais como, por exemplo, o do Índice de Desenvolvimento da Educação Pública (IDEB), que não refletem as verdadeiras condições reais de aprendizado e de desenvolvimento intelectual do alunado.

Demonstram também, esses tecnocratas e gestores, uma profunda ignorância (ou cinismo), no que diz respeito à História da Educação, além do desprezo ao legado dos grandes educadores do país, como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Paulo Freire e Darcy Ribeiro, que tentaram, através de suas iniciativas, transformar vidas e as injustiças sociais que sempre prevaleceram no Brasil.

O que essa verdadeira destruição neoliberal da educação promove, através das parcerias público-privadas, é a transformação da educação num produto, num negócio escuso, numa mercadoria, promovendo a exclusão, a alienação, conduzindo os alunos a um futuro que se resume à competição cruel num mercado de trabalho seletivo, em que somente sobrevivem os que são considerados mais capacitados.

O flagelo neoliberal na educação impede o exercício da cidadania, o acesso dos estudantes a múltiplos conhecimentos e a uma formação plena, ficando desta forma, por exemplo, carentes de orientações amplas que permitam que conheçam com embasamento, por exemplo, os grandes legados artísticos da humanidade, não somente os considerados eruditos, mas também os de caráter popular, utilizados neste trabalho como um aspecto decisivo de desenvolvimento humano e de transcendência diante da finitude.

Governantes autoritários, ilegítimos, inescrupulosos e manipuladores que contribuem com suas práticas criminosas para a destruição da educação, jamais entenderão os ensinamentos de Aristóteles (s.d., p.37): “É impossível que um Estado seja feliz se dele a honestidade for banida.”

O filósofo grego (s.d., p.136) apresentou uma solução para essa problemática: “Conhecendo os meios pelos quais se corrompem e se dissolvem os Estados, podemos também saber por que meios eles se conservam. Causas contrárias produzem efeitos contrários; ora, a conservação é o contrário da corrupção.”

Merecem destaque neste estudo outras duas passagens de *Política*, em que a filosofia de Aristóteles se conecta com o que verificamos em nossa atual sociedade falida:

Dentre estas razões para a subversão, já se pressente que força têm o ultraje e a acumulação de lucros e como eles agem. Quando são os altos funcionários que ofendem ou especulam, os cidadãos se revoltam tanto contra eles como contra o governo que autoriza essa licença. A avareza dos chefes manifesta-se ora pela pilhagem dos bens privados, ora pela do tesouro público. (ARISTÓTELES, s.d., p.121)

Finalmente, o mestre de Estagira (s.d., p.131) apregoa: “A volúpia e o dinheiro de todos, eis o que busca o tirano.”

Nos últimos anos de suas vidas, Darcy Ribeiro e Paulo Freire se referiram em algumas poucas oportunidades ao neoliberalismo. Darcy lançaria dois anos antes de seu falecimento, ocorrido em 1997, o livro *O Brasil como Problema*. Quatro trechos da obra merecem destaque, por sua atualidade. No primeiro (1995), observa: “Onde estão esses empreendedores privados cuja sanha de lucrar promoveria o progresso nacional? Crerão esses fanáticos do neoliberalismo que o estado gerencial das multinacionais – que são entre nós o setor predominante das classes empresariais – se comove pelo destino nacional?”

No segundo, temos a impressão de que a análise de Darcy está totalmente atualizada e pertinente ao que vivemos no Brasil desde o golpe institucional de 2016, o que caracteriza o fato de que as práticas desonestas na política do país, que interferem diretamente nos sistemas educacionais públicos, subjugados pelos métodos neoliberais, apenas foram ampliadas:

os antigos padrões morais e cívicos se deterioraram e cresceu o número de políticas corruptos e indiferentes aos interesses nacionais e populares, propensos a desencadear golpes, a implantar ditaduras, a subornar-se e a deixar-se subornar. A eles somou-se, nos últimos anos, todo um bando de políticos ladrões dos bens públicos que opera em conluio com as grandes empreiteiras para sangrar a economia nacional. Essa modalidade de ladroagem patricial floresceu muito com a ditadura militar, discricionária e corrupta, que entregou a condução da economia a esse tipo de tecnocrata, que acha legítimo lucrar no exercício de funções públicas. A situação se agravou com a democratização, pela tendência de muitos empresários, que antes financiavam campanhas políticas de deputados e senadores, a comprar mandatos para si próprios, levando ao Congresso seu furor privatista, revestido de neoliberalismo que é, de fato, um neoconservadorismo. (RIBEIRO, 1995)

No terceiro trecho Darcy se refere à reforma do Estado, sem a intromissão neoliberal:

nada é mais urgente no Brasil que uma reforma radical do Estado, simultaneamente com a definição de um novo modelo econômico, fiel ao povo brasileiro. Não a reforma que os neoliberais propõem, destinada a agravar o privatismo desvairado, o lucrismo insaciável. Indiferentes à falência de nossa economia desnacionalizada, proclamam, orgulhosos, que o capital não tem pátria. Mais indiferentes à pauperização de todos os assalariados brasileiros e à decadência de nossos já precários serviços públicos de saúde, de educação, de moradia e de previdência, o que prometem, de fato, para mais lucrarem, é miséria ainda mais vil para o povo brasileiro. A façanha maior do neoliberalismo, para mais lucrarem, foi a deterioração da máquina do Estado, entregue à corrupção, ao clientelismo, ao favoritismo e ao nepotismo. Seu resultado foi a regressão dos serviços públicos brasileiros. (RIBEIRO, 1995)

No quarto e último trecho, Darcy teceu severas críticas ao Estado mínimo preconizado pelos neoliberais:

Acusam o Estado brasileiro de um crescimento abusivo que precisaria ser podado para não asfixiar o empresariado. Querem o Estado mínimo dos neoliberais, socialmente irresponsável e servilmente confiante nas funções do mercado aberto como promotor do progresso. Um Estado imune ao clamor popular por emprego, casa e comida. Um Estado incapaz de intervenção na economia que não seja para beneficiar os ricos. Tudo isso fundamentado na ideologia do antagonismo essencial entre o Estado e a Sociedade Civil, entendida esta como o corpo de interesse das classes dominantes. (RIBEIRO, 1995)

Em 15 de abril de 1996, Darcy Ribeiro publicaria na Folha de São Paulo, um artigo de opinião com o título *Três pragas*. Com muita argúcia, alertava com ironia e sutileza Fernando Henrique Cardoso, e criticava as privatizações colocadas em prática naquele governo. As referências às interferências neoliberais nesses aspectos foram as seguintes:

(...) seu neoliberalismo que repõe a proposta boboca, delfínica, de deixar o bolo crescer a fim de que se tenha o que dividir. O feijão que não se come hoje, Fernando, não se comerá jamais. E a fome não só debilita, mata. O lucro e o mercado são bons como formas rústicas e responsáveis de reger as empresas, mas precisam ser postos sob vigilância para que não matem o povo. O que há atrás disso? O neoliberalismo e o privatismo já saíram de moda na Europa e na América. Nunca foram doutrinas assimiláveis pelos empresários japoneses e por outros países da área. (RIBEIRO, 1996)

No dia 7 de outubro de 1996, em entrevista para o jornalista Fernando Rossetti, da Folha de São Paulo, Paulo Freire, analisando a influência do neoliberalismo na educação, afirmou que,

Nos anos 50 e 60 fui considerado um inimigo de Deus e da família, fui preso porque propunha que se alfabetizasse o país. Agora, nos anos 90, os industriais alfabetizam seus funcionários. Mas esse ensino está dentro da perspectiva neoliberal. A alfabetização feita é puramente mecânica, foi descoberta como uma necessidade do processo produtivo. Um cozinheiro precisa da técnica para desempenhar sua profissão. Mas exige também a capacitação política para exercer a cidadania, para intervir na sociedade. O bom engenheiro não é só aquele que sabe calcular uma obra, mas o que distingue a obra da formação da cidade. O neoliberalismo luta contra o sonho e a utopia, está cheio de *idéias* pragmáticas e de interesses imediatos. (FREIRE, 1996)

Através do ensaio e do artigo de Darcy Ribeiro, e da entrevista de Paulo Freire, é possível verificar que os dois maiores educadores brasileiros da segunda metade do século XX, conseguiram antever, em 1996, os males profundos que as políticas neoliberais, ainda em gestação, proporcionariam à educação, no Brasil, duas décadas após a publicação desses preciosos textos. Ambos faleceriam no ano seguinte, levando com eles os ideais de construção de uma sociedade que pudesse erradicar todas as injustiças, através do desenvolvimento de projetos educacionais que objetivassem nitidamente a transformação real dos indivíduos.

A música no Brasil do século XX teria como seu expoente máximo Heitor Villa-Lobos, com obras pujantes e nacionalistas, como os *Choros*, as *Bachianas Brasileiras*, o *Uirapuru*, e o *Trenzinho Caipira*. Villa-Lobos participou da Semana da Arte Moderna, em 1922, e criou o curso de Canto Orfeônico, que se tornou matéria obrigatória no currículo do ensino secundário, através do decreto 19.890, de 30 de abril de 1931, sendo implementado em todos os estabelecimentos escolares do país, através de outro decreto, o de número 24.794, de 14 de julho de 1934. Em 1931, Anísio Teixeira o convidou para ocupar o cargo de diretor artístico da prefeitura do Distrito Federal. Em 1940, Villa-Lobos reuniu 40.000 estudantes no Estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, num coral de canto orfeônico. Seus projetos eram indiscutivelmente significantes no aspecto educacional, mas favoreceram a propaganda do governo ditatorial de Getúlio Vargas.

Outros compositores brasileiros eruditos que se destacaram no século XX, foram Alberto Nepomuceno, Camargo Guarnieri, César Guerra-Peixe, Claudio Santoro, Francisco Mignone, Hekel Tavares, Marlos Nobre, Oscar Lorenzo Fernández, Radamés Gnattali, Jorge Antunes, com sua música eletroacústica, e o alemão Hans-Joachim Koellreuter, que trouxe ao país a música atonal, o dodecafonismo. Surgiria no século XX o samba, e compositores como Donga, Sinhô, João da Baiana, Pixinguinha, Heitor dos Prazeres, também artista plástico, Noel Rosa, Ismael Silva, Geraldo Pereira, João de Barro, Ataulfo Alves, Adoniran Barbosa. Carlos Cachça, Cartola, Nelson Cavaquinho, Wilson Batista, Candeia e Zé Kéti. O gênero, com influência africana, e que para muitos estudiosos é o único genuinamente brasileiro.

A partir do final dos anos cinquenta surgiria a Bossa Nova, que revelou Johnny Alf, João Gilberto e Antonio Carlos Jobim. Na década seguinte, a Jovem Guarda, de Roberto e Erasmo Carlos, considerada por inúmeros críticos limitadíssima musicalmente, a Tropicália, e seus compositores controversos, no sentido de concederem artisticamente aos interesses comerciais da indústria fonográfica e da mídia a partir dos anos noventa, diminuindo consideravelmente a qualidade de suas produções artísticas, como Caetano Veloso e Gilberto Gil, a chamada MPB (música popular brasileira) de Ivan Lins, Tim Maia, Edu Lobo e Chico Buarque de Hollanda, e o Clube da Esquina, de Milton Nascimento. Todos receberiam críticas, como as de José Ramos Tinhorão, no sentido de que suas propostas musicais eram cópias do jazz, do rock e do soul, e simulacros do que foi a música brasileira nas décadas anteriores. Mas no final da década de setenta ocorreria o último rasgo de originalidade e experimentalismo, com a Vanguarda Paulista, de Itamar Assumpção e Arrigo Barnabé, e a repercussão no exterior do trabalho de compositores e multi-instrumentistas arrojados, como Hermeto Pascoal e Egberto Gismonti. O fato é que as concessões às exigências mercadológicas começariam exatamente nesse período, resultando no lamentável resultado das produções musicais desenvolvidas nas últimas duas décadas do século XX, e, principalmente, nas duas iniciais do século XXI, caracterizadas por letras de baixíssimo nível, e músicas de péssima qualidade, de acordo com a limitadíssima compreensão, por parte da população em geral do Brasil no tempo presente, que não consegue diferenciar arte verdadeira de engodos planejados pelos objetivos de massificação da indústria cultural.

Outros compositores e intérpretes populares, que se notabilizaram ao longo do século XX, foram nomes como, por exemplo, Dorival Caymmi, Herivelto Martins, Lamartine Babo, Ary Barroso e sua *Aquarela do Brasil*, considerado o hino não oficial do país, Silvío Caldas, Orlando Silva, Francisco Alves, Mário Reis, Luiz Gonzaga, Jackson do Pandeiro, Carmen Miranda, muito criticada por sua carreira nos Estados Unidos da América, Orlando Silva, Dick Farney, Lúcio Alves, Elizeth Cardoso, Dalva de Oliveira, Maysa Matarazzo, Dolores Duran, Elis Regina, Clara Nunes, Leny Andrade, Gal Costa e Maria Bethânia.

A Semana de Arte Moderna de 1922 seria o marco do modernismo no Brasil, com influência das experiências culturais europeias, e a presença de nomes importantes da intelectualidade brasileira, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Di Cavalcanti, Anita Malfatti, Menotti Del Picchia, Lasar Segall e Heitor Villa-Lobos, personagens que influenciariam a cultura no país em diversos setores, como literatura, música, artes plásticas, etc.

A literatura brasileira do século XX teria nomes como Euclides da Cunha, Aluísio Azevedo, Lima Barreto, Augusto dos Anjos, Cornélio Pena, José Lins do Rego, Cecília Meireles, Monteiro Lobato, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Carlos Drummond de Andrade, Alceu Amoroso Lima, Pedro Nava, Manuel Bandeira, Guimarães Rosa, Murilo Mendes, Vinicius de Moraes, Mário Quintana, Clarice Lispector, Rachel de Queiroz, Lygia Fagundes Telles, Érico Veríssimo, Jorge Amado, Rubem Fonseca, Ferreira Gullar e João Cabral de Melo Neto.

As artes plásticas, artistas como Tarsila do Amaral, Ismael Nery, Carlos Scliar, Manabu Mabe, Carybé, Iberê Camargo, Cícero Dias, Lygia Clark, Djanira, Hélio Oiticica, Lygia Pape, Rubens Gerchman, Bispo do Rosário, Amílcar de Castro, Ivan Serpa, Tunga, Mira Schendel, Alfredo Volpi, Victor Brecheret, Franz Weissmann, Francisco Brennand, Frans Krajcberg e Candido Portinari, que imortalizou na sede da Organização das Nações Unidas os dois painéis de *Guerra e Paz*.

O teatro no Brasil do século XX apresentaria dramaturgos como Nelson Rodrigues e seus textos ousados e transgressores, Oduvaldo Vianna Filho, Plínio Marcos, Procópio Ferreira, Paschoal Carlos Magno, Décio de Almeida Prado, Gianfrancesco Guarnieri, também ator, notabilizado pela montagem de *Eles Não Usam Black-Tie*, que também seria adaptada para o cinema, José Celso Martinez Correa e



Augusto Boal, com seu revolucionário *Teatro do Oprimido*, e atores como Ziembinski, Paulo Autran, Walmor Chagas, Cacilda Becker, Sérgio Britto e Fernanda Montenegro.

Finalmente, o cinema brasileiro, que esteve entre os melhores do mundo, a partir do inventivo *Limite*, filme ainda mudo, realizado em 1930, pelo cineasta Mário Peixoto, que utilizou como tema a belíssima e melancólica *Gymnopédie No.1*, de Erik Satie, e por outros cineastas como Humberto Mauro, Alberto Cavalcanti, Anselmo Vasconcelos, com *O pagador de promessas*, filme premiado com a Palma de Ouro no Festival de Cannes de 1962, e o auge, com o Cinema Novo, e obras como *Rio, 40 graus*, de Nelson Pereira dos Santos, *Os Fuzis*, de Ruy Guerra, *Os Herdeiros*, de Carlos Diegues, *Macunaíma*, de Joaquim Pedro de Andrade, as fantásticas alegorias de Glauber Rocha, como, por exemplo, *Deus e o diabo na terra do sol*, *Terra em transe* e o *Dragão da maldade contra o santo guerreiro*, e o experimentalismo marginal de Rogério Sganzerla, em *O Bandido da Luz Vermelha*, e Júlio Bressane, em *Matou a família e foi ao cinema*.

A morte no século XX, nas culturas ocidentais, incluindo o Brasil, que seguiria as mesmas tendências, tornou-se algo sujo e desprezível. Deveria ser ocultada, isolada, e, preferencialmente, asséptica nos leitos dos hospitais. A violência urbana, verificada em nossa sociedade subdesenvolvida e injusta, é um dos novos fatores da banalização da morte. O culto fútil ao corpo, a superficialidade da vida, a cultura do descartável, também são outros aspectos que a tornam o maior dos temores no tempo presente. Numa sociedade em que a tolice e a corrupção em todos os sentidos e setores são praticadas continuamente, a morte passa a ser sinônimo de fracasso.

Segundo Philippe Ariès,

Uma forma absolutamente nova de morrer surgiu durante o século XX, em algumas das zonas mais industrializadas, urbanizadas e tecnicamente adiantadas do mundo ocidental – e, sem dúvida, estamos presenciando apenas os seus primórdios. A sociedade expulsou a morte, salvo a dos homens de Estado. A sociedade já não faz uma pausa: o desaparecimento de um indivíduo não mais lhe afeta a continuidade. Tudo se passa na cidade como se ninguém morresse mais. (ARIÈS, 1981-1982, p.613)

Ariès (1981-1982, p.632) acrescenta ao seu raciocínio a constatação de que “a recusa da morte ultrapassou a pessoa dos enlutados e a expressão do luto, para se estender a tudo que toca à morte e que se torna infeccioso.”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos, neste estudo, que ao longo da História as concepções do ato de educar e da transmissão de conhecimentos por parte do homem foram as mais diversas. As inquietações e perguntas sem respostas para os enigmas da existência e da morte, também foram inúmeras, gerando reflexões intermináveis sobre o sentido da presença humana no cosmos.

Compreendendo de forma mais ampla a transitoriedade da vida, o homem conseguiria empreender com os seus estudos e também suas subjetividades, a concretização da perspectiva utópica da pacificação da Terra. E, obviamente, a apaziguação de seus instintos beligerantes. Finalmente, com as experiências libertadoras possibilitadas pela arte, teria mais chances de tentar decifrar o que existe de insondável na sua alma e no universo, indo além de todos os limites de sua mortalidade.

Evocamos Tommaso Campanella, em *A Cidade do Sol*, para lembrar um pouco mais dos ideais dos grandes educadores, no que diz respeito à construção de sociedades justas e fraternas, em que todos poderiam obter as mesmas oportunidades de desenvolvimento e de busca da felicidade real, superando as misérias e compreendendo profundamente os motivos de uma existência tão frágil e finita, tendo condições assim, de conduzir seus destinos na melhor busca possível da plenitude. Lembrando que esses ideais, mesmo que momentaneamente aniquilados pela desintegração das sociedades, e por ideologias repressoras, poderão sempre serem retomados, desde que prevaleça a visão utópica de Campanella, desaparecendo, segundo as palavras do filósofo renascentista,

os males que nascem da ignorância e da estupidez, pois em nossa república observa-se uma grande experiência de doutrina em cada coisa e na própria construção da cidade, onde há imagens e pinturas que ensinam, a quem as olha, todas as ciências, de forma quase histórica. Finalmente, como evitamos em cada coisa os extremos, reduzindo todas à justa medida na qual se encontra a virtude, não se pode imaginar república mais feliz. (CAMPANELLA, 1978, p.279)

## REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **A Cidade de Deus**. Volume I (Livro I a VIII), Tradução, prefácio, nota biográfica e transcrições de J. Dias Pereira – Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p.98, 1996.

AGOSTINHO, Santo. **O livre-arbítrio**. [tradução, organização, introdução e notas Nair de Assis Oliveira; revisão Honório Dalbosco]. – São Paulo: Paulus, p.176, 1995.

ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, p.20, 2003.

ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., pp.35, 41, 91-92, 173, 1977.

ARIÈS, Philippe. **O Homem diante da morte**. Rio de Janeiro: F. Alves, pp.104, 108, 172-173, 179, 410, 613, 632, 1981-1982.

ARISTÓTELES. **Política**. Martin Claret, pp.37, 121, 131, 136, sem data definida.

CAMPANELLA, Tommaso. **A Cidade do Sol**. São Paulo: Abril Cultural S.A., p.279, 1978.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: F. Alves, pp.21, 35, 44, 1980.

CUNHA, Luiz Antônio. **O Golpe na Educação** / Luiz Antônio Cunha, Moacyr de Góes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., pp.21, 34, 58, 1985.

DUBY, Georges. **O Tempo das Catedrais**. Lisboa: Editorial Estampa, pp.64, 68-69, 80-81, 1979.

FERREIRA, Tito Lívio. **História da educação luso-brasileira**. Saraiva, 1966.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.40, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.30, 1979.

FREIRE, Paulo. **Paulo Freire critica “ensino neoliberal”**. Folha de São Paulo, 07 de outubro de 1996. Entrevista concedida a Fernando Rossetti. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/10/07/cotidiano/3.html>>. Acesso em: 16 Jun. 2017.

GALVÃO, Viviane. **A Morte no Brasil Colônia**. Jornal do Commercio, Recife, 01 de novembro de 1998.

Disponível em: <[http://www2.uol.com.br/JC/\\_1998/0211/cm0111d.htm](http://www2.uol.com.br/JC/_1998/0211/cm0111d.htm)>. Acesso em: 10 Jun. 2017.

GRUPIONI Luís Donisete Benzi et al. **Entrevista com Darcy Ribeiro**. Horizontes Antropológicos, vol.3, n.7, Porto Alegre, Nov.1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71831997000200158](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71831997000200158)>. Acesso em: 14 Jun. 2017.

HUBERT, René. **História da pedagogia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional / MEC, 1976; Brasília: INL, pp.8, 32, 190, 196, 1976.

LASKI, Harold Joseph. **O liberalismo europeu**. São Paulo: Ed. Mestre Jou, p.66, 1973.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho**. Rio de Janeiro: Coleção Pedagogia – Editora Brasilia/Rio, p.27, sem data definida.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional / MEC, pp.28, 34, 40, 49, 54, 56, 63, 76, 91, 120, 137, 172, 180, 227, 246, 255, 1973.

NUNES, Rui Afonso da Costa. **História da Educação na Idade Média**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, pp.10-11-12, 74-75, 88, 100, 260, 269, 270, 294, 1979.

O LIVRO DOS MORTOS DO ANTIGO EGITO. Tradução de Edith de Carvalho Negraes. São Paulo: Hemus, pp.30-31, 1982.

RASPANTI, Márcia Pinna. **A “Boa Morte” nos tempos coloniais**. História Hoje, 2015. Disponível em: <<http://historiahoje.com/a-boa-morte-nos-tempos-coloniais/>> Acesso em: 12 Jun. 2017.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX**. São Paulo: Companhia Das Letras, p.13, 1991.

RIBEIRO, Darcy. **O Brasil como Problema**. Global Editora, 1995. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt->

BR&id=VEuDQAAQBAJ&q=NEOLIBERALISMO#v=snippet&q=NEOLIBERALIS  
MO&f=false>.

<[https://books.google.com.br/books?hl=pt-  
BR&id=VEuDQAAQBAJ&q=NEOLIBERAIS#v=snippet&q=NEOLIBERAIS&f=fal  
se](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&id=VEuDQAAQBAJ&q=NEOLIBERAIS#v=snippet&q=NEOLIBERAIS&f=false)>. Acesso em: 17 Jun. 2017.

RIBEIRO, Darcy. **O livro dos CIEPs**. Rio de Janeiro: Bloch, pp.15, 52, 1986.

RIBEIRO, Darcy. **Teoria do Brasil**. Editorial Paz e Terra, pp.114-115, 1972.

RIBEIRO, Darcy. **Três Pragas**. Folha de São Paulo, 15 de abril de 1996. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/4/15/opinioao/7.html>>. Acesso em: 15 Jun. 2017.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, pp.146-147, 2001.

SÊNECA, Lúcio Anneo. **Aprendendo a viver**. Tradução de Lúcia Sá Rebello. Porto Alegre: L&PM, p.15, 2014.

TOBIAS, José Antonio. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Editôra Juriscredi Ltda, p.54, sem data definida.